ANO 56
231
Dezembro 2009

FIEG
SESI
SENAI
IEL
ICQ BRASIL

Sistema FIEG

GOIÁS INDUSTRIAL

Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás

ENTREVISTA

O economista João Sicsú, diretor do Ipea, propõe um "choque de gastos" em infraestrutura para acelerar a retomada dos investimentos privados

FALTA ENERGIA NA PONTA

INDÚSTRIA SOFRE COM FLUTUAÇÕES DE CARGA, COBRA INVESTIMENTOS E PEDE SOLUÇÃO MAIS RÁPIDA PARA DIFICULDADES FINANCEIRAS DA DISTRIBUIDORA ESTADUAL

ICQ Brasil

A certificadora da Indústria adverte:

Nosso planeta é rico e cheio de oportunidades.
Não vamos esperar o fim para reconstruí-lo.

Gestão Ambiental: a responsabilidade é sua!

Certifique seu sistema de gestão
NBR ISO 9001, NBR ISO 14001, PBQP-H

Sistema Fieg/Ascom

FIEG SESI SENAI IEL ICQ BRASIL

ICQ BRASIL

Seu parceiro para o desenvolvimento

Instituto de Certificação Qualidade Brasil
www.icqbrasil.com.br
icqbrasil@sistemafieg.org.br
Tel.: (62) 3219-1397 | Fax: (62) 3219-1427

"Os industriais goianos manifestam apreensão ante os prejuízos que sofrem em decorrência da queda de qualidade de energia"

Paulo Afonso Ferreira
pauloafonso@sistemafieg.org.br

Nossa indústria tem pressa

O tema da matéria principal desta edição da *Goiás Industrial* é a perda de qualidade no fornecimento de energia elétrica, que se agrava pela falta de investimentos nas redes de transmissão e de distribuição, como também em subestações. É um assunto que de muito perto interessa não apenas ao nosso parque industrial, mas a todos os setores produtivos e à própria população goiana. Em qualquer lugar do mundo, eletricidade é fator primordial de desenvolvimento e qualidade de vida, daí a reclamação de equacionamento rápido de tão grave problema.

Mesmo com as reconhecidas dificuldades financeiras, causadas pelo endividamento excessivo e perfil concentrado no curto prazo, a Celg (Companhia Energética de Goiás), responsável pela distribuição de energia no Estado, afirma que tem buscado honrar esse compromisso, preservando investimentos mesmo nas dificuldades atuais. Assim, nos últimos 12 anos, segundo assegura, distribuição e transmissão receberam R$ 1,62 bilhão em valores não corrigidos e esses investimentos, em 2008, somaram R$ 230 milhões, ou 13,4% a mais do que no ano anterior. O empenho da empresa estatal, com o apoio do governo goiano, é no sentido de retomar o recebimento de créditos federais, pois "disto dependem as perspectivas para o futuro e não apenas para 2010, que é visto como ano de grandes desafios", conforme consta de nota que dirigiu à *Goiás Industrial*.

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás tem sido procurada por empresas preocupadas com as incertezas nessa área, que as impedem de iniciar a instalação de plantas industriais, ou retardam seus projetos de expansão ou de implantação, até que tenham a garantia da segurança de um abastecimento energético regular.

Os industriais goianos, sempre que podem, manifestam sua apreensão ante tão adversa realidade e os prejuízos que sofrem em decorrência da queda de qualidade de energia. Se o astronômico valor da dívida da Celg, a relação elevada de seus passivos sobre os ativos e a falta de perspectivas de futuro são fatores os mais negativos, pior ainda é a procrastinação da solução definitiva.

A hipótese de ter a Eletrobrás como sócia da empresa goiana pode constranger muita gente, especialmente a classe política, preocupada com os prejuízos de imagem em período pré-eleitoral. O bom senso, contudo, recomenda que essa possibilidade seja analisada com responsabilidade, porque pode lhe garantir uma gestão totalmente profissional, evitando que novas crises se repitam mais adiante e comprometam, definitivamente, nosso processo de desenvolvimento. Este, aliás, vai de vento em popa, especialmente no setor industrial, que vem crescendo muito acima da média brasileira, tendente a acelerar ainda mais esse ritmo com a recuperação da crise financeira mundial. ■

CAPA

26 A capacidade de geração de energia elétrica em Goiás poderá saltar, nos próximos anos, para 14,5 mil megawatts, crescendo 65% em relação à potência instalada atualmente. Mas a falta de investimentos para fazer a eletricidade chegar às empresas preocupa o setor industrial, que espera solução em breve para as dificuldades financeiras enfrentadas pela Celg.

INDÚSTRIA DE MÓVEIS

36 Vinte indústrias moveleiras, participantes do Arranjo Produtivo Local (APL) do setor na Região Metropolitana de Goiânia, completaram todo o ciclo previsto no Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Empresas (Procompi). As metas incluem melhorar o processo produtivo, agregando maior qualidade à produção, reduzir custos e desperdícios, maximizando margens, e ampliar, na ponta final, a produtividade das empresas.

índice

CERTIFICAÇÃO

24 O presidente da International Management Systems Solutions Ltd (IMS Solutions), Martinus C.W. Bakhuizen, identifica fase de estabilização na concessão de certificações a empresas com sistemas de qualidade implantados com base na norma NBR ISO 9001 no Brasil. Para romper essa tendência, o especialista sugere a adoção de processos de qualificação e certificação a custos mais baixos, de forma a atrair micro, pequenas e médias empresas.

ENTREVISTA

8 João Sicsú, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), defende um "choque de gastos" no setor de infraestrutura para "puxar" o investimento privado e, assim, permitir que a economia retome mais rapidamente a tendência de crescimento sustentado.

SAMA

12 A mineradora Sama S.A. Minerações Associadas, de Minaçu (GO), no Norte Goiano, foi considerada pela revista *Época* como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil. A empresa levou a primeira colocação quando o quesito analisado foi o orgulho, expressado pelos seus funcionários. Na classificação geral, a Sama ficou entre as 20 melhores. A mineradora surge ainda como a sétima melhor do País na 36ª edição do Ranking Melhores e Maiores, da revista *Exame*, enquanto o *Guia Você S.A./Exame* a premiou com o quarto lugar.

ESTÁGIO

32 Pesquisa realizada pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás), com base em consulta com 231 egressos do estágio de ensino superior de instituições públicas e privadas, localizadas na capital e no interior, mostra que 91,3% deles consideram que a experiência contribuiu de forma decisiva para sua vida profissional. Os entrevistados destacaram a oportunidade de colocar em prática o que foi aprendido na teoria, o conhecimento do mercado de trabalho e a promoção da integração ao meio empresarial.

DEC BRASIL

18 A DEC Brasil, indústria goiana de equipamentos em aço inoxidável, faz parte do seleto grupo de pequenas e médias empresas que mais cresceram entre 2006 e 2008. A companhia aparece em sexto lugar no ranking preparado pela revista *Exame PME*, acumulando crescimento de expressivos 444,7%. Esse desempenho é atribuído ao investimento realizado nas áreas de recursos humanos, gestão e qualidade, em parceria com instituições do Sistema Fieg. Mais da metade de seu quadro de empregados formou-se nas escolas do Senai Goiás, destaca Tiago Bailão *(foto)*, sócio-proprietário e diretor industrial da empresa

INOVAÇÃO

20 Equiplex Indústria Farmacêutica, PCTel Eletrônica e Universidade Federal de Goiás (UFG) foram as vencedoras do Prêmio Goiás de Inovação 2009. As duas primeiras levaram ainda a primeira colocação nas categorias média e pequena empresa do Prêmio Finep de Inovação 2009 para a região Centro-Oeste. Os prêmios foram concedidos com base no histórico de inovação e na cultura inovadora implantada por essas empresas e pela UFG.

expediente

GOIASINDUSTRIAL

Direção
José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo
Joelma Pinheiro

Edição
Lauro Veiga Filho

Subeditor
Dehovan Lima

Reportagem
Andelaide Pereira, Célia Oliveira, Geraldo Neto, Jávier Godinho, Pollyana Gadêlha e Débora Orsida

Colaboração
Welington da Silva Vieira

Fotografia:
Sílvio Simões

Capa:
Arte sobre fotos de Sílvio Simões

Projeto gráfico
Wesley Cesar

Diagramação e produção
Clarim Comunicação e Marketing
Rua S-6 nº 129, Sala 01,
Setor Bela Vista
(62) 3242-9095
www.clarimcomunica.com.br
contato@clarimcomunica.com.br

Publicidade
Superintendência da Fieg
(62) 3219-1470
(62) 3219-1720

Fotolito e impressão
Gráfica Kelps

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista

Sistema FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente:
Paulo Afonso Ferreira

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300
Fax (62) 3229-2975

Home page:
www.sistemafieg.org.br

E-mail
fieg@sistemafieg.org.br

NÚCLEO REGIONAL DA FIEG EM ANÁPOLIS

Presidente: Waldyr O'Dwyer

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiaí, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565

E-mail:
nureaps@sistemafieg.org.br

SESI
Serviço Social da Indústria
Diretor Regional: Paulo Afonso Ferreira
Superintendente: Paulo Vargas

SENAI
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL
Instituto Euvaldo Lodi
Diretor: Daniel Viana
Superintendente: Paulo Galeno Paranhos

ICQ BRASIL
Instituto de Certificação Qualidade Brasil
Diretor: Daniel Viana
Superintendente: Paulo Galeno Paranhos

Diretoria da FIEG

Presidente
Paulo Afonso Ferreira

1º vice-presidente
Pedro Alves de Oliveira

2º vice-presidente
Wilson de Oliveira

3º vice-presidente
Ivan da Glória Teixeira

1º secretário
Hélio Naves

2º secretário
Luiz Gonzaga de Almeida

1º tesoureiro
Domingos Sávio Gomes de Oliveira

2º tesoureiro
Antônio de Sousa Almeida

Diretores
César Helou
Segundo Braoios Martinez
Ubiratan da Silva Lopes
Marley Antônio da Rocha
Joviano Teixeira Jardim
Frederico Martins Evangelista
Jorge Luiz Biasuz Meister
Aluísio Quintanilha de Barros
João Essado
Flávio Paiva Ferrari
Eduardo Cunha Zuppani
Laerte Simão
Luiz Antônio Vessani
José Vieira Gomide Júnior
Carlos Alberto Vieira Soares
Fábio Rassi
Sávio Cruvinel Câmara
José Luiz Martin Abuli
Eurípedes Felizardo Nunes
Aldrovando D. de Castro Júnior
José Magno Pato
Domingos Vilefort Orzil
Roberto Guimarães Mendes
Raimundo Viana Dutra
Carlos Alberto Diniz
Humberto Rodrigues de oliveira
Mário Renato G. de Azeredo

Conselho Fiscal
Waldyr O'Dwyer
Daniel Viana
Heno Jácomo Perillo

Conselho de representantes junto à CNI
Paulo Afonso Ferreira
Sandro Antônio Scodro Mabel

Conselho de representantes junto à Fieg
Abílio Pereira Soares Júnior
Álvaro Otávio Dantas Maia
Ananias Justino Jaime
Aurelino Antônio dos Santos
Carlos Alberto Diniz
Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos José de Moura Júnior
Carlos Queiroz de Paula e Silva
Carlos Roberto Viana
Cyro Miranda Gifford Júnior
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Edilson Borges de Sousa
Eduardo Cunha Zuppani
Eduardo Gonçalves
Emílio Carlos Bittar
Ernani Martins Almeida
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Paiva Ferrari
Francisco Gonzaga Pontes
Francisco de Paula e Silva
Henrique Wilhem Morg de Andrade
Hélio Naves
Heno Jácomo Perillo
Jaime Canedo
Jair Rizzi
Jairo França
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Jorcelino José Nunes Neto
José Alves Pereira
José Antônio Vitti
José Divino Arruda
José Francisco de Souza
José Luiz Martin Abuli
José Magno Pato
José Romualdo Maranhão Neto
José Vieira Gomide Júnior
Laerte Simão
Leonardo Jayme de Arimatéa
Leopoldo Moreira Neto
Luiz Carlos de Moura
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Ledra
Luiz Rézio
Manoel Paulino Barbosa
Mário Drummond Diniz
Marley Antônio Rocha
Moacyr Rabello Leite Neto
Nelson Pereira dos Reis
Onofre Andrade Pereira
Orizomar Araújo de Siqueira
Paulo Afonso Ferreira
Pedro Alves de Oliveira
Pedro de Souza Cunha Júnior
Roberto Elias de Lima Fernandes
Robson Peixoto Braga
Rubens Luiz Bernardes
Sandro Antônio Scodro Mabel
Sávio Cruvinel Câmara
Sebastião Elias Barbosa
Segundo Braoios Martinez
Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wellington Soares Carrijo
Wilson de Oliveira

Conselhos Temáticos

Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Presidente
Ivan da Glória Teixeira
Vice-Presidente
Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de Meio Ambiente
Presidente
Henrique W. Morg de Andrade
Vice-Presidente
Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Conselho Temático de Infraestrutura
Presidente
Roberto Elias de Lima Fernandes
Vice-Presidente
Célio de Oliveira

Conselho Temático de Política Econômica
Presidente
Marley Antônio Rocha
Vice-Presidente
Beyle de Abreu Freitas

Conselho Temático de Relações do Trabalho
Presidente
Orizomar Araújo de Siqueira
Vice-Presidente
Ricardo Roriz

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa
Presidente
Humberto Rodrigues de Oliveira
Vice-Presidente
Carlos Alberto Vieira Soares

Conselho Temático de Responsabilidade Social
Presidente
Antônio de Sousa Almeida
Vice-Presidente
Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de Agronegócios
Presidente
André Luiz Baptista Lins Rocha
Vice-Presidente
Rodrigo Penna Siqueira

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais
Presidente
Heribaldo Egídio
Vice-Presidente
Igor Montenegro Celestino Otto

Conselho Temático Fieg Jovem
Presidente
Alexandre Costa
Vice-Presidente
Marduk Duarte

Rede Metrológica Goiás
Presidente
Heribaldo Egídio

Câmara Setorial de Mineração Presidente
Luiz Antônio Vessani

Sindicatos com sede na Federação das Indústrias do Estado de Goiás - FIEG

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia-GO, CEP 74043-010

SIAEG
Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SIEEG
Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Presidente: Nelson Pereira dos Reis
Fone (62) 3212-6092
Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO
Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone (62) 3223-6515
Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN
Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
Fone/Fax (62) 3224-8688

SINCAFÉ
Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Sávio Cruvinel Câmara
Fone (62) 3212-7473
Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINDAGO
Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás
Presidente: Ernani Martins de Almeida
Fone/Fax (62) 3224-8688

SINDIALF
Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana
Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA
Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF
Presidente: Moacyr Rabello Leite Neto
Fone/Fax (62) 3223-6667
sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE
Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
Presidente: Flávio Ferrari
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE
Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal
Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarne@sistemafieg.org.br

SIMELGO
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira
Fone/Fax (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO
Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
Presidente: Aurelino Antônio dos Santos
Fone (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDICURTUME
Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
Presidente: João Essado
Fone/Fax: (62) 3212-3970
sindicurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO
Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3212-6092
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE
Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
Presidente: Ananias Justino Jaime
Fone (62) 3212-1135
Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SINDIPÃO
Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 3224-0422
sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA
Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás
Presidente: José Francisco de Souza
Fone (62) 3224-0121
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS
Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
Presidente: Manoel Paulino Barbosa
Fone/Fax (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO
Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
Presidente: André Lavor Pagels Barbosa
Fone (62) 3223-9703
sindtrigo@sistemafieg.org.br

SININCEG
Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax (62) 3213-0378
sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIMENTO
Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
Presidente: Luiz Ledra
Fone (62) 3224-0456/
Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDQUÍMICA-GO
Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Cunha Zuppani
Fone (62) 3212-3794/
Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINVEST
Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

Outros endereços

SIAGO
Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: Pedro Alves de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 325l-3691-
siago@cultura.com.br

SIFAÇÚCAR
Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIFAEG
Sindicato das Indústrias de Fabricação de Álcool no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia- GO
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

SIMESGO
Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
Presidente: Eurípedes Felizardo Nunes
Rua Costa Gomes, nº 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax (64) 3613-4810

SINROUPAS
Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia
Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SINDUSCON-GO
Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
Presidente: Roberto Elias de Lima Fernandes
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia- GO
Fone (62) 3095-5155/Fax 3095-5176/5177
contato@sinduscongoias.com.br

Anápolis

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiaí, Anápolis/GO
CEP 75113-630 Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3311-5565
sind.industria@terra.com.br

SIAA
Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis
Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: Álvaro Otávio Dantas Maia

SINDIFARGO
Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Gonçalves

SIMEA
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
Presidente: Robson Peixoto Braga

SINDICER
Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
Presidente: Henrique Wilhelm Morg Andrade

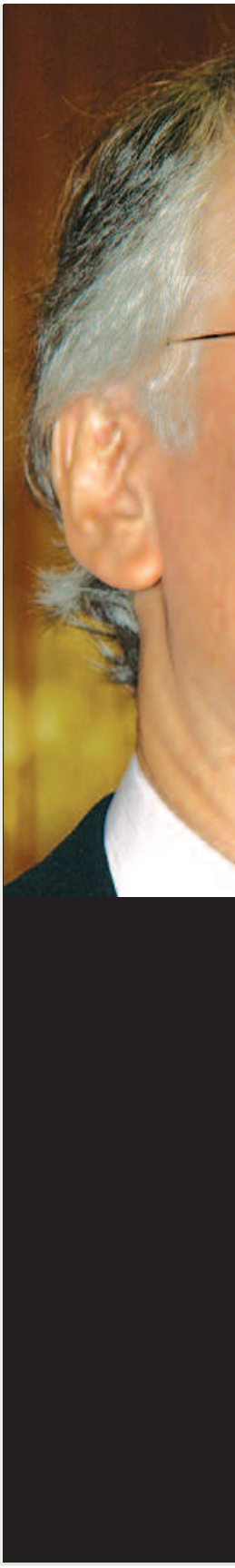
SIVA
Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
Presidente: Jair Rizzi

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea e professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Investimento na VEIA

■ *Lauro Veiga Filho*

Paulista radicado no Rio, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), João Sicsú defende uma forte "injeção direta na veia da economia" para trazer os investimentos mais rapidamente de volta aos níveis pré-crise. Isso deveria ser providenciado a partir de um choque de gastos do governo no setor de infraestrutura, o que contribuiria para estimular igualmente o investimento privado.



Goiás Industrial – Quais as perspectivas para a economia goiana?

João Sicsú – O Brasil, de fato, está mudando, crescendo e se desenvolvendo, embora, evidentemente, esteja muito longe de ser considerado um país desenvolvido. Mas já superou grande parte de seus atrasos nos últimos anos. E um dos atrasos que o Brasil possui são suas desigualdades sociais e regionais. Esse desenvolvimento brasileiro tem feito com que alguns Estados e regiões tenham crescido mais enquanto outras crescem menos. Felizmente, as que têm crescido mais são aquelas que passaram muitos anos sem crescimento, sem se desenvolverem. Goiás é um exemplo de Estado que vem se reorganizando. O maior exemplo de desenvolvimento de uma região é a geração de empregos com carteira assinada e Goiás foi o Estado que mais criou empregos com registro no mês de setembro, quando o Brasil criou 252 mil empregos. E o Nordeste foi a região onde se registrou maior abertura de vagas dentro desse quadro. Isso então mostra que o desenvolvimento brasileiro está sendo acompanhado por uma redução das desigualdades regionais. Emprego com carteira assinada é o símbolo maior de um progresso na direção do desenvolvimento, é onde se tem uma indústria, uma empresa que contrata o trabalhador, que formaliza as relações do trabalho e dá garantias ao empregado, e que funciona como garantia para o empresário também. O símbolo da formalização do negócio em um ambiente de desenvolvimento está na carteira do trabalho e Goiás está seguindo esse caminho.

"Um setor privado forte é aquele que realiza volumes elevados de investimentos. Da mesma forma, um Estado forte é aquele que realiza gastos volumosos nas atividades fins do setor público"

Goiás Industrial – Como tem se dado esse crescimento?

João Sicsú – De fato, Goiás e alguns outros Estados possuem características semelhantes, com capacidade para levar uma economia ao desenvolvimento. Temos a sorte dada pela natureza de podermos fazer toda uma cadeia empresarial de determinado item, desde seu primeiro passo, que é o produtivo, até seu processamento ou beneficiamento final. E fazer essa cadeia, formalizando as relações de trabalho, é o que um país estável precisa e Goiás dispõe, de fato, de todas essas condições. Eu diria que Goiás e muitos outros Estados.

Goiás Industrial – Procedem as críticas contra um suposto intervencionismo estatal na economia brasileira?

João Sicsú – Precisamos ter, dentro de um projeto de desenvolvimento, três instituições caminhando de mãos dadas e todas devem ser fortes. Uma é o mercado, a iniciativa

"O maior exemplo de desenvolvimento de uma região é a geração de empregos com carteira assinada e Goiás foi o Estado que mais criou empregos com registro em setembro

privada. Empresários precisam montar empresas pequenas, médias e grandes, realizar investimentos, gerar empregos para obter lucros. A sociedade precisa se organizar para manter sob controle o ritmo desse crescimento, desse desenvolvimento. Deve estabelecer para qual finalidade estamos crescendo. Isso é a sociedade que deve determinar. Ela deve dizer se quer uma economia voltada para a exportação ou uma economia preocupada com o mercado doméstico, por exemplo. Ou dizer que quer um pouco de cada um. Temos que ter, para isso, um Estado também forte. Portanto, um Estado forte, tal como a iniciativa privada, precisa realizar gastos. Um setor privado forte é aquele que realiza volumes elevados de investimentos. Da mesma forma, um Estado forte é aquele que realiza gastos volumosos nas atividades fins do setor público, que são aquelas atividades que atingem diretamente a vida do cidadão, que podem melhorar sua qualidade de vida. Por exemplo, fazer muito gasto em saúde, educação, em segurança pública, em cultura, em construção de infraestrutura, em desenvolvimento tecnológico. Toda essa despesa não deveria ser chamada de gasto, mas deveria ser classificada como investimento.

Goiás Industrial – Por quê?

João Sicsú – O governo tem objetivos diferentes da lógica privada, que busca retorno na forma de lucros, o que é absolutamente legítimo e necessário para a movimentação de uma economia. O setor público busca retorno na forma de satisfação da sociedade. Sob esse ponto de vista, um gasto realizado em uma escola deve ser considerado como investimento no cidadão, na sociedade.

Goiás Industrial – As empresas de menor porte ainda suportam o peso mais expressivo do desenvolvimento econômico no Brasil?

João Sicsú – O peso do desenvolvimento não está colocado nas pequenas e médias empresas. Ele deveria ser distribuído por toda a sociedade. Avalio, de fato, que os maiores pagam menos impostos neste país, mas tem se tentado mudar de alguma forma esse sistema tributário. Temos enfrentado dificuldades nessa área, como é notório. Mas temos que alterar a lógica desse raciocínio. Quando o governo gasta com a Previdência Social, ao final das contas, esse dinheiro vai parar na mão da empresa. Porque quem recebe benefícios previdenciários ou do (Programa) Bolsa Família vai correndo gastar aquele dinheirinho na quitanda, no mercadinho, no supermercado, e isso gera empregos em muitas regiões e em muitos setores, como nas fábricas de massas e de alimentos, por exemplo. Pensar que os gastos com a Previdência ou com programas sociais representam desperdício é um erro, porque, na verdade, são essas despesas que movimentam grande parte dos pequenos e médios negócios no Brasil, particularmente nas regiões menos desenvolvidas. O que garante a dinâmica da economia nessas regiões é exatamente esse gasto, que representa bilhões de reais por ano. Os empresários deveriam entender esses gastos como uma possibilidade de desenvolver um mercado de consumo para seus produtos. Nessa categoria devem ser incluídos, ainda, os benefícios rurais, a aposentadoria dos idosos, o Bolsa

➡

Família. Isso tudo retorna para a economia na forma de geração de empregos, negócios e lucro. A economia vive dessa dinâmica entre os setores público e privado, e dos gastos realizados pelas famílias.

Goiás Industrial – Nesse cenário de recuperação econômica, como se situaria uma agenda para o pós-crise e para a retomada dos investimentos?

João Sicsú – Acho que a gente precisa dar inicialmente um choque de gastos e realizações públicas para atrair o investimento privado. Esse investimento já estava acontecendo em volumes bastante aceitáveis, desejáveis, no período de 2006 até o terceiro trimestre de 2008, e sofreu uma crise de expectativas durante outubro do ano passado até março deste ano. Houve uma paralisação desse processo. Os investimentos estão retornando, mas ainda numa velocidade muito, muito vagarosa. Os outros segmentos já estão andando de uma forma mais adequada, numa retomada do crescimento com inclusão social. Avalio que o investimento ainda está andando a passos curtos. Para acelerar essas passadas, o governo tem que dar mais injeção direta na veia da economia, realizando investimentos e produzindo resultados. E o investimento público em infraestrutura, por exemplo, atrai o investimento privado. É disso que precisamos neste momento, de uma relação complementar entre público e privado e a responsabilidade agora de puxar o investimento privado é do setor público.

Goiás Industrial – Essa injeção na veia deveria ocorrer preferencialmente de que forma?

João Sicsú – Com a aceleração dos projetos do PAC e com os novos projetos que a Petrobras está colocando na economia, que estão relacionados com a exploração das reservas de petróleo do pré-sal. Temos a sorte de nosso petróleo não estar próximo da superfície – isso foi considerado um problema por muitos, mas vejo como uma sorte, porque vamos ter a oportunidade de desenvolver toda uma cadeia industrial de pesquisa tecnológica que nos ajudará a complementar nosso projeto de desenvolvimento. Neste momento, acho que a realização do PAC, já em curso, os projetos da Petrobras e também acrescentaria o PAC para 2011 a 2015, na medida em que temos dois eventos muito importantes para o Brasil, que são a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, abrirão novos horizontes para os investimentos no País.

Goiás Industrial – A questão cambial preocupa?

João Sicsú – Estamos recebendo muitos capitais especulativos, de curto prazo, financeiros. Esses recursos estão indo para a Bolsa de Valores, mas não para financiar o investimento. Estão simplesmente se autovalorizando e, alguma parte, agora em menor proporção, está entrando para comprar títulos da dívida pública, que rendem 8,75% de juros ao ano. Isso transforma o Brasil em um local de abundância enorme de dólares e, portanto, o preço do dólar cai. A queda do preço do dólar traz todos esses reflexos negativos para as exportações brasileiras, sejam exportações de bens básicos ou de bens manufaturados. O governo precisava adotar medidas para conter essa avalanche financeira, que não está associada ao mundo da produção e do trabalho. Está exclusivamente associada a sua autovalorização, não tem compromisso algum com o futuro do Brasil, tem compromisso apenas com os próximos dias ou meses. Entram hoje para sair daqui a uma semana, duas, três semanas, ou seja, no momento mais conveniente para os donos desse capital. O governo tomou essa medida de taxar em 2% a entrada de capitais estrangeiros para Bolsa de Valores e para a compra de títulos públicos. É uma medida na direção correta, entretanto considero que o governo ainda estabele-

"AVALIO QUE O INVESTIMENTO AINDA ESTÁ ANDANDO A PASSOS CURTOS. PARA ACELERAR ESSAS PASSADAS, O GOVERNO TEM QUE DAR MAIS INJEÇÃO DIRETA NA VEIA DA ECONOMIA"

ceu uma alíquota baixa. E vai precisar em breve elevar essa alíquota para conter essa avalanche de recursos. É uma liquidez extraordinária de recursos que existem no Brasil e no mundo, que procuram entrar em todos os mercados domésticos que são rentáveis e seguros e esse é o caso do Brasil – muita rentabilidade com muita segurança. Isso valoriza nossa taxa de câmbio e a taxa de câmbio valorizada, ao fim e ao cabo, representa que nós estamos exportando empregos brasileiros para outros países. Precisamos reverter completamente esse quadro, ter uma taxa de câmbio mais competitiva para que possamos criar empregos no Brasil e não desempregar aqui e criar empregos fora. Precisamos superar essa situação de deixar capitais entrarem livremente aqui e valorizarem nossa taxa de câmbio.

Goiás Industrial – Este é um momento em que o País pode fazer isso, porque não há mais o gargalo da dívida externa...

João Sicsú – Acredito que o Brasil deveria ter feito isso já quando estava no momento mais difícil da crise. O País deveria ter tomado essa medida em dezembro do ano passado ou em janeiro deste ano. Tudo indicava que haveria uma recuperação da economia brasileira, que não precisava, antes da crise, e não precisa hoje desses capitais para financiar seu desenvolvimento. Esses são recursos que estão vindo com o único objetivo que é a sua autovalorização. Então, nós tínhamos que ter feito essa medida lá atrás, na parte mais aguda da crise, para impedir que houvesse toda essa desvalorização. Foi tomada a medida agora. Melhor agora, do que não ter tomado medida alguma.

Goiás Industrial – Esses recursos, claramente, não estão entrando no País para contribuir para a formação de poupança?

João Sicsú – O Brasil não precisa de poupança externa alguma. Na verdade, a Bolsa de Valores se valorizou neste ano na ordem de 70% a 80% já e as empresas não cresceram, seus lucros não cresceram na mesma magnitude. O dinheiro bom que entra na Bolsa de Valores é aquele dinheiro que entra para comprar ações emitidas pelas empresas para financiar seu investimento. Nós temos recursos no Brasil, temos liquidez abundante para financiar emissões de ações no mercado primário, que serão transformadas mais adiante em investimentos. Não foi o que aconteceu no Brasil. As ações já existentes trocaram de mãos e foram se valorizando durante esse período. Não foram as empresas que se capitalizaram, foi a Bolsa de Valores que se capitalizou nesse período. Tudo aconteceu no mercado secundário. Muito mais importante que isso tudo é dizer o seguinte: toda essa valorização aconteceu porque a Bolsa de Valores, embora as pessoas não saibam disso, tem uma importância muito reduzida para explicar o investimento no País. No Brasil e em todos os lugares do mundo, todos, exceto nos Estados Unidos, a Bolsa de Valores não é capaz de financiar o investimento, o crescimento, o desenvolvimento. Em todos os lugares do mundo, com exceção dos EUA, quem financia os investimentos são bancos. No caso do Brasil, são bancos públicos, é o BNDES, basicamente, e os bancos de desenvolvimento regional. Então, essa grita na imprensa de que isso não vai trazer poupança, isso não vai trazer investimento, porque as empresas não vão captar nas Bolsas e assim não vão realizar investimentos, as empresas, na verdade, tomam recursos para seu investimento no BNDES. Quem pensa que a Bolsa de Valores poderia ser capaz de substituir o BNDES no Brasil está completamente equivocado. A prova cabal disso que estou dizendo é que, quando entra qualquer recurso na Bolsa, ela se valoriza estupidamente. Por quê? Porque a Bolsa é muito pequena. ■

ORGULHO ACIMA DE TUDO

Mineradora integra grupo das 20 melhores empresas para se trabalhar no País e destaca parceria com o Sesi Goiás

■ *Débora Orsida*

Camaradagem, imparcialidade, orgulho, respeito e credibilidade. Esses cinco valores, percebidos pelos funcionários, são critérios usados pela revista Época, em parceria com o Great Place to Work (GPTW), para definir as melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Em um deles – orgulho –, a mineradora Sama S.A. Minerações Associadas, de Minaçu (GO), na Região Norte goiano, conquistou o primeiro lugar, com a constatação de que seus funcionários apresentam elevado índice de satisfação sobre sua atividade, sua equipe e sobre os produtos e a imagem da empresa. O prêmio foi entregue à empresa em agosto, em São Paulo.

Na classificação geral, a Sama ficou entre as 20 melhores empresas. Em outras eleições, a mineradora aparece como a sétima melhor do País na 36ª edição do Ranking Melhores e Maiores, da revista Exame, enquanto o Guia Você S.A/Exame a premiou com o quarto lugar na pesquisa Melhores Empresas para Você Trabalhar, na categoria entre 500 e 1.500 funcionários, líder como empresa de médio porte e terceira entre as 10 Melhores no Interior Brasileiro.

"As premiações mostram que a empresa está no caminho certo investindo em qualidade de vida e bem-estar dos colaboradores e seus dependentes. Essa é nossa missão, manter nossos funcionários motivados, oferecendo oportunidades de crescimento", afirma Rubens Rela Filho, diretor geral da Sama, ao destacar a parceria do Sesi como fundamental para essas conquistas.

"Temos a certeza de que o apoio do Sesi foi muito importante para conquistarmos esse reconhecimento. Há quase 20 anos desenvolvemos diversos programas de lazer, cultura e esporte em nossa empresa. Este ano recebemos o prêmio de qualidade de vida no ambiente do trabalho, o que significa que nossa equipe sente orgulho e aprova o que promovemos em nosso dia-a-dia", ressalta Moacyr Melo Júnior, gerente de Recursos Humanos da Sama.

"Se todos fizerem um pouquinho, podemos ajudar muitas pessoas. Só precisa dar o primeiro passo"

Karine Nunes Nascimento,
14 anos, aluna do 9º ano
da Escola Sesi Sama

Torneio de futebol: prática esportiva faz parte da política de recursos humanos da empresa

Fotos: Sérgio Araújo, Silvio Simões e Willi Becker

Bolas, raquetes e notas musicais

Elson Oliveira Maia é assistente administrativo na Sama há dez anos e todos seus filhos – Matheus, de 13 anos, Fernando, de 10, e Lucas, de 8 –, participam, desde pequenos, da escola de esportes do Sesi, onde praticam futebol e tênis. "Sou grato por trabalhar na Sama. Se não estivesse aqui eu não teria condições de pagar uma escola de futebol e tênis para meus filhos. Matheus treina desde os 6 anos e, em 2010, fará um teste no time infanto-juvenil do Goiás Esporte Clube", revela o pai.

Como Matheus, Fernando e Lucas, outras 650 crianças, filhos dos trabalhadores da Sama e oriundas da comunidade, têm oportunidade de praticar esportes e cuidar da saúde por meio do Programa Atleta do Futuro (PAF). Coordenadas pela equipe de lazer do Sesi de Minaçu, as diversas modalidades esportivas são desenvolvidas também nas vizinhas cidades de Alto Horizonte, Campinorte, Mara Rosa e Porangatu. "Ao todo atendemos 1.200 crianças as quais a Sama e diversas empresas são madrinhas, apoiando e investindo nas atividades", explica Eduardo Ferreira, coordenador de Lazer do Sesi em Minaçu.

Outro apaixonado por esporte, o supervisor financeiro da Sama Josefredo de Andrade Lira, de 47 anos, joga tênis há nove anos e conquistou recentemente o primeiro lugar na etapa regional dos Jogos do Sesi, em Brasília. "O Sesi deu todo o apoio que eu precisava para continuar nesse esporte e chegar a competir nacional e até internacionalmente", reconhece o tenista.

Além de futebol, tênis e do Programa Atleta do Futuro, os funcionários da mineradora têm à disposição diversas atividades, sob orientação de professores de educação física do Sesi, como aulas de natação, atletismo, basquete, vôlei, lazer de intervalo, colônia de férias, caminhadas ecológicas e o Programa Vida Ativa. A equipe realiza ainda o Sesi Ginástica na Empresa, que ajuda os colaboradores a praticar de forma correta exercícios simples, como alongamento, respiração e postura. "Sem precisar trocar de roupa, cerca de 650 pessoas participam das ações desenvolvidas no próprio espaço de trabalho, em apenas 8 a 12 minutos por dia", Eduardo Augusto Ferreira.

No ginásio de esportes da Vila Residencial da Sama, há oito meses aulas de música atraem interessados e atualmente 40 alunos se dividem em aulas de iniciação musical, canto, violão, guitarra, contrabaixo e bateria."Temos revelado talentos aqui. Conquistamos o primeiro e terceiro lugar no Festival Sesi Violeiros e MPB, na categoria gospel, comemora Lucas Amorim, professor de música do Sesi.

Lira e a paixão pelo tênis: primeiro lugar na etapa regional dos Jogos do Sesi

Sara Jéssika Medeiros: "Conhecemos uma realidade m

Cidadãos conscientes e atuantes

Na Escola Sesi Sama, a orientação pedagógica é formar alunos preparados para atuar como cidadãos responsáveis, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade melhor, mais justa e humana. Com essa filosofia, a escola realizou, no segundo semestre deste ano, o projeto Cidadania: Vamos Entrar Nessa!, que mobiliza todos os estudantes, da educação infantil ao ensino médio.

Os alunos da primeira fase do ensino fundamental participam do projeto com a "adoção" de uma escola municipal de Minaçu chamada Jovino Seabra. Mensalmente, eles vão até o estabelecimento e realizam palestras, aulas de teatro, estudam juntos, enfim, ajudam os outros colegas. Aluna da quinta série, Dayane Fernandes, de 10 anos, faz parte da turma que adotou a escola e diz que o melhor é poder ajudar quem está em dificuldade. "Eu fico feliz em poder ajudar e aprendi que tenho de agradecer todos os dias pela minha vida e pela a escola que eu tenho."

A coordenadora pedagógica da Escola Sesi Sama, Gricélia Nascimento, destaca o envolvimento de todos os estudantes no projeto, desenvolvendo ações como a oficina De Mão em Mão, Tudo Vira Sabão, realizada pelas turmas de educação infantil para ensinar as famílias carentes a fazer o produto e contribuir no orçamento familiar. "As famílias participaram de uma oficina para aprender a produzir o sabão e no término todas receberam uma cesta básica com alimentos arrecadados durante a realização dos Jogos Internos da Escola Sesi Sama."

Todos os produtos doados nas campanhas, como alimentos, calçados e brinquedos, são destinados a famílias carentes cadastradas pelos alunos do 9º ano do ensino fundamental. "Algumas doações já foram feitas, como no Dia das Crianças, quando os alunos visitaram os bairros mais carentes de Minaçu para fazer a entrega de brinquedos. Foi um momento de muita emoção", conta Gricélia.

Sara Jéssika Medeiros e Karine Nunes Nascimento, ambas de 14 anos e alunas do nono ano, participaram dessa ação e contribuíram para fazer outras crianças felizes. "Conhecemos uma realidade muito diferente da nossa, visitei casas que não tinham pisos, era no barro e só tinha um banco para sentar. Foi uma lição de vida", destaca Sara.

Karine Nascimento lembra a gratidão das crianças com os brinquedos recebidos. "Eu fiquei muito orgulhosa em poder ajudar. E agradeço à Sama e ao Sesi a oportunidade de fazer essa diferença na vida das pessoas e por entender o que é solidariedade, afinal isso também faz parte do aprendizado. Se todos fizerem um pouquinho, podemos ajudar muitas pessoas. Só precisa dar o primeiro passo."

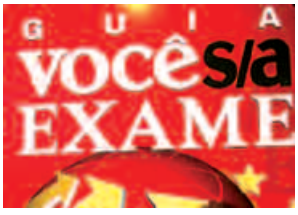
Fotos: Sérgio Araújo, Silvio Simões e Willi Becker

muito diferente da nossa. Foi uma lição de vida"

Talentos musicais: quarenta alunos atraídos pelas aulas de iniciação musical

Coleção de prêmios

Revistas especializadas avaliam desempenho da Sama

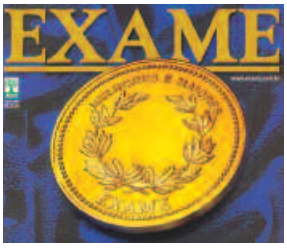


GUIA VOCÊ S.A./EXAME

- 4º lugar na pesquisa Melhores Empresas para Você Trabalhar na Categoria 500 a 1.500 funcionários
- 1º lugar entre Empresas de Médio Porte
- 3º lugar entre as 10 Melhores do Interior Brasileiro
- 3º lugar na identificação dos trabalhadores com a missão, visão e valores da empresa
- Destaque como uma das empresas que mais investem no aprendizado e desenvolvimento dos colaboradores
- Destaque como uma das empresas onde os colaboradores aprovam os chefes

REVISTA ÉPOCA, EM PARCERIA COM INSTITUTO GREAT PLACE TO WORK (GPTW)

- 19º lugar no ranking Melhores Empresas para Trabalhar – Brasil
- 1º lugar em Orgulho
- Destaque nos valores imparcialidade, credibilidade, camaradagem e respeito
- 7º lugar na categoria "Faturamento até R$ 300 milhões"



REVISTA EXAME

- 7ª melhor mineradora do Brasil no ranking Melhores e Maiores
- 55ª empresa em vendas na Região Centro-Oeste
- 976ª companhia em vendas no País

PAUSA PARA TRABALHAR MELHOR

Funcionários que praticam atividades físicas têm melhor qualidade de vida, são menos propensos a doenças e faltam menos ao trabalho

■ *Pollyana Gadêlha*

Parar 10 a 15 minutos e fazer exercícios de postura e alongamento no próprio ambiente de trabalho podem trazer diversos benefícios tanto para o trabalhador quanto para a empresa. Funcionários que praticam atividades físicas possuem melhor qualidade de vida, são menos propensos a ter doenças, faltam menos ao trabalho e possuem maior disposição para as atividades diárias. Uma prática crescente nas indústrias é o desenvolvimento da ginástica laboral, oferecida pelo Sesi, que acaba de ser escolhida pelo quarto ano consecutivo a melhor do País no setor de segurança no trabalho.

Além de contribuir para a prevenção e redução das lesões por esforços repetitivos (LER) e dos distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), que são as maiores causas de afastamento nas empresas, a atividade pode melhorar o relacionamento interpessoal, combater a obesidade, reduzir o risco de acidentes de trabalho e aumentar a produtividade.

De acordo com levantamento feito pelo Sesi em 2005, 69% das empresas que participam do programa tiveram crescimento na produtividade. Dos trabalhadores pesquisados, 83,6% perceberam melhora em seu desempenho profissional.

"A ginástica laboral é uma ótima forma de relaxamento e isso auxilia tanto no desenvolvimento do corpo quanto da mente. Todos os locais deveriam adotar essa atividade. Sinto-me melhor para o trabalho após os exercícios", atesta Cristiano Gomes Ferreira, auxiliar de almoxarifado da Cifarma, indústria farmacêutica localizada em Goiânia.

O bem-estar físico e mental do trabalhador apontado por Cristiano Gomes começa a se tornar uma grande vantagem para as empresas ao adotar a prática no ambiente de trabalho. "O mais importante da ginástica, além do relaxamento, de amenizar o estresse, é o contato com os outros colegas de trabalho, que muitas vezes nem conhecemos", explica Luzia Umbelino de Souza, gerente financeira da Cifarma.

Entusiasta da atividade física diária, Sinval de Carvalho, eletricista da Eternit, empresa fabricante de telhas e caixas-d'água de fibrocimento, destaca seus benefícios: "Além de relaxar, a ginástica prepara o corpo para o dia de trabalho. Eu sempre participo."

Cristiano Ferreira: "A ginástica auxilia no desenvolvimento do corpo e da mente"

Antes do expediente: funcionários da Eternit fazem alongamento no pátio da fábrica

A melhor ginástica laboral do País

O programa Sesi Ginástica na Empresa foi eleito em setembro, pelo quarto ano consecutivo, a melhor prática de ginástica laboral do País no setor de segurança no trabalho, na 10ª edição do Prêmio Marca Brasil. A distinção, uma das mais importantes premiações nacionais, é organizada pela Trio International Distinction e destaca entre os fornecedores de produtos e serviços de vários setores da economia aqueles que apresentam o maior respeito para seus consumidores. A eleição foi realizada por meio de pesquisa com leitores da revista Cipa, publicação mensal especializada na área de higiene, segurança e infortunística laboral, destinada à prevenção de acidentes e segurança total do trabalhador, do lar, do trabalho, da empresa e seus bens.

Leonardo Arcuri, gerente industrial da fábrica da Eternit Goiânia, respalda o resultado da pesquisa. "A ginástica do Sesi é realizada de acordo com nossa necessidade. Os exercícios feitos no chão de fábrica, por exemplo, não são os mesmos realizados no escritório. Para cada área há uma atividade específica, um alongamento diferenciado", diz o gerente.

Mais do que prevenir doenças, o Sesi Ginástica na Empresa apresenta, de forma lúdica e educativa, meios para se manter uma vida saudável. "Além da prevenção, criamos oportunidades para a mudança de comportamento por meio de ações educativas, dicas de saúde, sempre atuando na sensibilização do trabalhador para a mudança de comportamento para hábitos mais saudáveis", explica a gerente de lazer do Sesi, Aida Inácio.

Gestão, capacitação e crescimento

DEC Brasil alcançou a 6ª posição entre as 200 pequenas e médias empresas que mais cresceram no País e destaca parceria com Senai, IEL e ICQ Brasil

■ *Andelaide Pereira*

Tiago Bailão: "A DEC Brasil se preparou para o bom momento econômico investindo na modernização, gestão e capacitação"

Com mais da metade de seu quadro de funcionários formada por ex-alunos do Senai Goiás, a indústria goiana DEC Brasil, fabricante de equipamentos em aço inoxidável, integra seleto grupo das pequenas e médias empresas brasileiras que mais cresceram entre 2006 e 2008. A empresa aparece em 6º lugar no ranking da revista *Exame PME* – edição agosto/setembro, com o expressivo índice de 444,7% *(veja box)*.

O desempenho é atribuído, entre outros fatores, ao investimento feito em recursos humanos, gestão e qualidade, estratégia para a qual recorreu à parceria com instituições do Sistema Federação das Indústrias no Estado de Goiás (Fieg) para realização de cursos e consultorias.

"A DEC Brasil se preparou para o bom momento econômico investindo na modernização de máquinas e ambientes, em gestão e na capacitação de pessoas para atender à crescente demanda do mercado, com foco na busca permanente pela qualidade do serviço e no aumento da produtividade", explica Tiago Bailão, sócio-proprietário e diretor industrial da empresa, especializada na elaboração de projetos e na fabricação de equipamentos para as indústrias alimentícia, química, farmacêutica e laticínios.

Na parceria com o Senai, a maioria dos cursos destinados à qualificação dos colaboradores é voltada para a área de solda e realizada pela Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna, em Goiânia. "Os instrutores da unidade vêm até a empresa ministrar os treinamentos", destaca Bailão. Além das atividades de educação profissional, a DEC Brasil também participou do Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF), desenvolvido pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás).

Para completar o tripé gestão, capacitação e qualidade, o ICQ Brasil, outra instituição vinculada ao Sistema Fieg, foi responsável pela certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, segundo a norma NBR ISO 9001:2008, implantado pela indústria.

Crescimento profissional

Além da direção, funcionários também apontam a importância da qualificação profissional. Há três anos na DEC Brasil, o soldador Carlos Júnior fez três cursos pelo Senai e não se arrependeu de ficar na empresa após o expediente para participar das aulas. "Os novos conhecimentos que adquiri recompensaram o cansaço, a longa jornada de trabalho valeu a pena. Desempenho melhor minhas funções na fábrica", avalia.

Karlúcio Linhares começou na DEC Brasil há mais de dois anos, no cargo de auxiliar de produção. No início do ano, ele fez um curso em processos de soldagem e foi promovido. "Trabalho agora como soldador. Achei importante fazer a qualificação porque me abriu possibilidades de crescimento profissional." Claudiomar Siqueira dos Santos também teve oportunidades na empresa após a conclusão de um treinamento. "Entrei como auxiliar de montagem e hoje estou na área de solda."

Exemplo característico da força da capacitação, Marcionil Borges de Faria atuou na DEC Brasil durante um ano como instrutor extra-quadro da Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna. Este ano, ele assumiu o cargo de supervisor de produção na indústria e retornou à escola para fazer a graduação tecnológica em automação industrial. "Estou feliz por retornar ao Senai como aluno em um curso que tem aplicação prática na minha área de atuação."

O próprio diretor industrial da DEC Brasil, Tiago Bailão, é um ex-aluno do Senai, de Campinas (SP), e formado em engenharia mecânica pela Universidade de São Paulo. Em 1998, ele foi contratado quando a indústria ainda era uma multinacional. Cinco anos depois, a empresa passou a ser de capital nacional e ele assumiu a área industrial, além de se tornar sócio-proprietário.

Atualmente, a DEC Brasil fabrica e comercializa para todo o Brasil equipamentos em aço inoxidável, principalmente tanques refrigeradores para a indústria de laticínios. Também são fabricados silos, tanques de processo, de estocagem, de expansão direta, tanques rodoviários para transporte, ordenhadeiras mecânicas reatores, agitadores, misturadores e evaporadores.

COMO É FEITO O RANKING DA 'EXAME'

O ranking das pequenas e médias empresas brasileiras que mais cresceram entre 2006 e 2008 é baseado na expansão da receita líquida. Puderam participar do estudo todas as companhias com faturamento entre R$ 5 milhões e R$ 200 milhões, com sede no Brasil e que operaram ao longo dos últimos cinco anos. As exceções foram para as empresas de auditoria, consultoria, mídia e comunicação, além de cooperativas, instituições financeiras, empresas públicas, organizações sem fins lucrativos, companhias com mais de 30% de capital controlado por corporações estrangeiras e subsidiárias de grupos com faturamento superior a R$ 1 bilhão. As empresas que se inscreveram responderam a um questionário elaborado pela Deloitte e Exame PME. No total, foram recebidos 587 questionários. Dessas empresas, 495 encaminharam suas demonstrações financeiras dos três anos cobertos pela pesquisa e 357 delas obedeciam aos critérios estabelecidos. São essas que compõem a mostra final do estudo e originaram a lista das 200.

Fonte: www.portalexame.abril.com.br

Carlos Júnior: novos conhecimentos adquiridos recompensam o cansaço

Karlúcio Linhares: curso de processos de soldagem assegura promoção

CAMINHO PARA A COMPETITIVIDADE

PCTEL, EQUIPLEX E UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, VENCEDORAS DO PRÊMIO GOIÁS DE INOVAÇÃO 2009, APRESENTAM SEUS NOVOS PLANOS DE INVESTIMENTO

A falta de recursos não chega a ser o gargalo principal para o desenvolvimento de estratégias inovadoras por parte das empresas, embora não possa ser desprezada. O risco elevado envolvido nesse tipo de atividade, que deveria ser melhor distribuído entre academia, setor público e empresas, e a persistente escassez de projetos bem elaborados têm representado obstáculos mais significativos ao avanço dos investimentos em pesquisa e tecnologia no mundo corporativo, avalia o presidente do Conselho Temático de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica da Fieg, Ivan da Glória Teixeira.

A questão é que a inovação, cada vez mais, tem se tornado imprescindível para empresas que pretendem se sustentar no mercado. “Hoje, mais do que nunca, a competitividade passa pela inovação”, prossegue Teixeira, que anunciou, no dia 14 de novembro, as empresas e instituições vencedoras do Prêmio Goiás de Inovação 2009, em solenidade realizada no auditório da Faculdade de Tecnologia Senai de Desenvolvimento Gerencial (Fatesg).

Criado pelo Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Fieg, em parceria com Senai, IEL Goiás, Vilage Marcas e Patentes, Fapeg, Sebrae, Finep e Escritórios de Projetos (PUC Goiás/Fieg), o prêmio foi entregue à Equiplex Indústria Farmacêutica, à PCTel Eletrônica e à Universidade Federal de Goiás (UFG). A Equiplex e a PCTel foram igualmente as primeiras colocadas nas categorias média e pequena empresa do Prêmio Finep de Inovação 2009 para a região Centro-Oeste e disputam em dezembro a premiação nacional. A primeira empresa já havia levado o prêmio regional na categoria grande empresa em 2004, sendo premiada, também no Centro-Oeste, em 2003 e 2005, na categoria Processo, já extinta. A PCTel ganhou os prêmios regional e nacional como pequena empresa em 2005.

Alexandre Costa, da PCTel, Heribaldo Egídio, da Equiplex, e Edward Madureira Brasil, reitor da UFG: prêmio à cultura inovadora

Pacote de investimentos

Depois de registrar salto de 78% no ano passado, praticamente desconhecendo a crise mundial, a Equiplex Indústria Farmacêutica, com sede em Aparecida de Goiânia, hoje com cerca de 550 empregados diretos e capacidade para processar 150 milhões de unidades por ano, montou um ambicioso projeto de investimentos para os próximos 20 meses. Conforme o empresário Heribaldo Egídio, presidente da empresa, serão investidos R$ 25 milhões no período, incluindo recursos do caixa da própria empresa e financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e do alemão Landesbank Baden-Württemberg (LBBW).

Os recursos serão destinados à expansão e modernização da indústria, com a compra de equipamentos mais modernos, pesquisa, desenvolvimento e lançamento de produtos, reforço do sistema de gestão da qualidade, logística e meio ambiente.

Como parte de seu plano de investimentos, adianta Egídio, a Equiplex planeja colocar em operação sua nova linha de antibióticos genéricos a partir de janeiro. A estreia no setor se dará com a produção de medicamentos contra meningite, infecções respiratórias e do sistema urinário.

A empresa tem planos de se tornar uma das cinco maiores do setor farmacêutico na América Latina até 2014. Ainda neste ano, serão lançados três novos produtos, com previsão de outros sete para o próximo ano e mais dois até o começo de 2011. "Faremos inovação de uma forma bastante nítida para o mercado e não apenas melhorias no processo produtivo", comenta o empresário, que espera dobrar o faturamento da empresa em dois anos .

Soluções de vídeo monitoramento CMA

Sua empresa ao alcance dos seus olhos.

A CMA oferece a mais avançada tecnologia em vídeo monitoramento para a sua empresa. Câmeras de segurança transmitindo via wireless, fibra óptica ou cabo, permitem monitoração através de uma central, com alta definição de imagens e gravação em tempo real.

Tel: (11) 3053-2614
www.cmatelecom.com.br
telecom@cma.com.br

CMA Telecom

Batimentos cardíacos pelo celular

Costa: crescimento em ritmo asiático em 2009, com avanço de 50% no faturamento

Especializada na fabricação de produtos eletrônicos e softwares, a PCTel ganhou notoriedade ao desenvolver e colocar no mercado o primeiro gravador telefônico no mundo com transmissão de voz em plataforma IP (Internet Protocol). As versões seguintes do gravador digital já contemplavam estruturas de maior porte, agregando 300 a 500 canais e capacidade para capturar comunicação em todos os sinais autorizados no País para o sistema de telefonia. Segundo Alexandre Costa, presidente da PCTel, a empresa tem realizado, em média, cinco lançamentos a cada ano, investindo entre R$ 700 mil a R$ 800 mil anualmente apenas em pesquisa e desenvolvimento, mobilizando uma equipe de oito profissionais, que inclui um mestre, pós-graduados em ciência da computação, especialistas em gestão de projetos e técnicos.

Neste momento, a PCTel desenvolve um sistema de monitoramento cardíaco via celular, com tecnologia GSM/3G que deverá chegar ao mercado no começo de 2010, consumindo perto de R$ 500 mil em investimentos. Depois de dobrar de tamanho em 2007 e em 2008, diz Costa, a previsão para 2009 parece mais modesta, mas de dimensões ainda asiáticas: o faturamento deverá anotar uma variação de 50%.

Parque tecnológico da UFG

Premiada por sua contribuição na construção de parcerias para a inovação e pelos esforços desenvolvidos na área, a Universidade Federal de Goiás (UFG) considera que ainda há um longo caminho a percorrer. "O processo de interação com a iniciativa privada está apenas engatinhando e deverá ser incrementado, porque não vejo futuro para a inovação se não estreitarmos esses laços", pontua o reitor da UFG, Edward Madureira Brasil.

Mas ele acredita que a barreira de desconfiança e preconceito construída entre a academia e o setor empresarial privado já começa a ser rompida, ao apontar as parcerias construídas entre a UFG e indústrias dos setores farmacêutico, alimentício e construção civil.

No plano de reestruturação e expansão da UFG, lembra Madureira, foram criados 30 novos cursos, 28 dos quais já em funcionamento, em Goiânia, Jataí, Catalão e cidade de Goiás. Mais de 500 professores concursados, na maioria doutores, reforçarão os quadros da universidade, que chegará ao final de 2010 com 1,5 mil docentes. "Teremos um potencial muito mais amplo para geração de conhecimento e possibilidades de projetos e isso será colocado a serviço do desenvolvimento do Estado", comenta o reitor.

Madureira, entre Ivan da Glória, da Fieg, e Leonardo Guedes, da Fapeg: mobilização da bancada federal em busca de R$ 12 milhões

Madureira busca mobilizar a bancada estadual no Congresso para incluir emenda no orçamento da União para 2010 prevendo recursos de aproximadamente R$ 12 milhões para a construção de um parque tecnológico no Campus Samambaia, em Goiânia, com atenção para a área de tecnologia da informação e "certamente com viés para a agroindústria e para o setor farmacêutico", prevê o reitor. "Se os recursos saírem no começo do próximo ano, as obras poderão estar prontas no final de 2011." ■

"A indústria salta à frente nessa discussão e dá uma concreta contribuição para que exibamos no Brasil o respeito ambiental"

Elaine Lopes Noronha Farinelli
é assessora do Conselho Temático de Meio Ambiente da FIEG

Água, riqueza a preservar

O ano de 2010 promete ser marcante na agenda da indústria nacional. Com atuação proativa, o setor está discutindo e entendendo o desafio da água no Brasil e contribuindo para a adoção de novas práticas, num moderno sistema de desenvolvimento sustentável.

A Rede CNI, constituída para coordenar esse debate, entrará em 2010 em plena e ampla atividade. Encontros regionais precederão a 3ª Reunião da Rede de Recursos Hídricos prevista para março-abril. O foco desse processo de discussão é a estruturação do Plano de Ação da Indústria na Área de Recursos Hídricos, que começará a ser construído nos encontros regionais para ser consolidado na 3ª Reunião da Rede.

Este é o caminho traçado para se definir como vai a indústria contribuir na promoção de formas de conservação da riqueza chamada água.

O debate está instalado por meio dos Comitês de Bacias Hidrográficas considerado no que se convencionou chamar de Parlamento da Água, um fórum do qual participam agentes públicos das três esferas do poder (federal, estadual, municipal), representantes da sociedade civil e das universidades e o usuário. Integrado por comitês representativos das bacias hidrográficas (Goiás integra a Bacia Hidrográfica do Paranaíba, ao lado de Minas Gerais, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul), o Parlamento examina questões pendentes e dirime dúvidas acerca, por exemplo, do processo de outorga e

arbitragem de conflitos pelo uso de recursos hídricos, e ainda planos e projetos de investimentos do governo ou do setor privado que causem impactos ambientais significativos. É um foco precioso da discussão, porque quando se colocam restrições questionam-se condições vitais na vida da empresa, uma delas a competitividade. E sobretudo emerge aí a questão pontual do uso da água, da sua devolução e do seu custo.

Goiás, que vem participando intensamente desse debate, mobiliza o setor industrial, que está se comportando, como já se disse, de modo proativo. Mas é preciso avançar mais. Neste aspecto, aguarda-se contribuição mais extensa de um agente sensível nesse processo, que é o Estado de Goiás. Dotada de uma secretaria específica para o trato da questão da água, a administração estadual está devendo colaboração maior, que se espera venha se concretizar ao longo de 2010, que promete ser um ano de destaque dentro da agenda ambiental brasileira.

No roteiro de discussão para os encontros regionais da Rede de Recursos Hídricos da CNI há pontos importantes, atuais e motivadores, enfocando o modelo de gestão das águas adotado pelo Brasil, que é baseado em uma lógica sistêmica e que se guia pelos princípios do múltiplo uso, da participação e da descentralização.

Cumpre por fim avaliar que está devidamente regulamentada a questão da água no Brasil. Há 12 anos (Lei 9433/97) definiu-se a cobrança como um dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos. A Lei 9984/2000, que instituiu a Agência Nacional de Águas (ANA), atribuiu a esta Agência a competência para implementar, em articulação com os Comitês de Bacia Hidrográfica, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União. Na esfera estadual, atualmente 24 Estados e o Distrito Federal já aprovaram suas Leis sobre Política e Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Todas as leis já aprovadas incluíram a cobrança pelo uso dos recursos hídricos como instrumento de gestão.

Delineado esse roteiro, que tem porte consistente, é por a mão na massa e colocar para andar a questão da água, com a sua multiplicidade de uso e com o desafio enorme da sua preservação. A indústria salta à frente nessa discussão, envolve suas entidades representativas na busca de soluções e dá uma concreta contribuição para que exibamos no Brasil o respeito ambiental, avançando no desenvolvimento no presente, mas de modo a ter ganhos no futuro, não perdas. ■

Certificação a baixo custo

Especialista em sistemas de qualidade, Martinus Bakhuizen propõe sistemas de qualidade mais baratos para micro, pequenas e médias empresas

Depois de atingir perto de 10 mil registros, o número de certificados liberados no País a empresas com sistemas de qualidade implantados com base na norma NBR ISO 9001 tem experimentado uma fase de estabilização, atesta o presidente da International Management Systems Solutions Ltd (IMS Solutions), Martinus C.W. Bakhuizen. "Houve uma expansão acelerada no princípio, mas hoje o que se verifica é uma estabilização nas certificações", reforça.

Inicialmente, a demanda por certificados foi liderada por grandes empresas privadas e por estatais, empurradas pelas exigências crescentes do mercado consumidor. Bakhuizen acredita que o processo de certificação enfrenta, neste momento, certa estabilização, motivada, entre outros fatores, pela modesta participação de pequenas e médias empresas. Aparentemente, esta parece ser uma tendência global. "Menos de 0,2% das empresas em todo o mundo dispõem de ISO 9001 ou de ISO 14001. O que nós não conseguimos fazer foi que essa certificação penetre nas pequenas e médias empresas, no mundo todo e não só no Brasil", afirma.

Recorrendo a dados do IBGE e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Bakhuizen lembra que há no País perto de 4,5 milhões de empresas com no máximo 49 funcionários, que respondem, em conjunto, por quase 60% do total de empregos na economia. "São as grandes empresas que em geral têm a certificação. Nosso interesse é mudar esse perfil, porque 22% das micro e pequenas empresas morrem antes de dois anos de vida", sustenta o consultor.

QUALIDADE COM DIFERENCIAÇÃO

Certificada há oito anos, avalia Jurandy Mourão da Cunha, representante da direção da CMT Engenharia, a empresa tem contabilizado avanços na área de gestão. "A empresa agregou novos produtos e processos competitivos na área de produção, melhorou e ampliou seu relacionamento com o mercado, ganhou maior sustentabilidade em sua operação, além de investir na prata da casa, valorizando seu capital intelectual", afirma. Durante esse período, a CMT Engenharia conseguiu ainda alcançar a diferenciação de seu produto ao incorporar novas práticas para atender às exigências do mercado, com consequente valorização de sua marca. "Essas conquistas tornaram o sistema de gestão da qualidade adotado pela empresa um marco na sua história", arremata.

Na sua visão, a elevada taxa de mortalidade guarda relação direta com a baixa aplicação de sistemas de qualidade por micro, pequenas e médias empresas. A proposta, defende Bakhuizen, é desenvolver sistemas que permitam o acesso do setor a normas de qualidade a custos mais baixos. "Dessa forma", diz ele, "elas vão aprender a pensar, a fazer um "business plan" e trabalhar um pouco mais com os pés no chão. "

Bakhuizen: em todo o mundo, menos de 0,2% do total de empresas têm ISO 9001 e 14001

Para Bakhuizen, a família de normas ISO, especialmente a 9004, oferece sustentabilidade à operação de uma empresa e abrange, ao contrário da 9001, focada especificamente no cliente, pessoal, fornecedores, a comunidade onde a empresa opera e o meio ambiente.

Durante o processo de elaboração da norma ISO 9004, do qual Bakhuizen participou como membro do Comitê Brasileiro da Qualidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/CB-25), foram desenvolvidos dois anexos para autoavaliação das empresas. "Minha ideia é fazer um software simples para que o empresário possa verificar o estágio em que se encontra e definir ações. A planilha já existe, mas ainda não em meio eletrônico. Isso pode estimular a empresa até a comprar a norma, a um preço reduzido, claro", propõe o consultor.

Os impactos da certificação

Sistemas da qualidade são um conjunto de técnicas que procuram orientar uma organização, no sentido de satisfazer e superar as expectativas de seus clientes, aumentando sua competitividade, com atuação sobre todas as áreas da empresa, da produção aos recursos humanos, das finanças ao marketing, com base nos requisitos normativos da NBR ISO 900, avalia Tatiana Jucá, gerente técnica do ICQ Brasil.

"O sistema de gestão da qualidade apoia-se em procedimentos padronizados e documentados, projetos, memoriais descritivos, memoriais de cálculo e toda documentação técnica pertinente ao escopo de atuação da empresa", prossegue a gerente. "Sua operação se faz por meio do treinamento de pessoal, aplicação dos procedimentos, controle da qualidade dos serviços e produtos gerados e implementação de ações corretivas e preventivas, em caso de não-conformidade", acrescenta Tatiana. Assim, o sistema da qualidade é uma ferramenta de apoio para que as empresas planejem a operação e afiram resultados.

Segundo Paulo Galeno Paranhos, superintendente do ICQ Brasil, atualmente, com a ampla oferta de produtos e serviços e clientes melhor preparados para negociar, o sistema de gestão tornou-se um dos diferenciais das empresas de sucesso. "Empresas que conhecem de estratégia, investem em capacitação de seus funcionários e tomam decisão com base em indicadores têm maior probabilidade de obter sucesso", afirma Paranhos.

Avaliação do desempenho e da competitividade da empresa após a certificação

Fonte: CB 25, 2005

As principais vantagens

Fonte: CB 25, 2005

A certificação, continua, é um reconhecimento dado por uma instituição sem vínculo com a empresa auditada de que esta última cumpre todas as suas responsabilidades com o cliente. Adicionalmente, é uma chance que a empresa tem de saber se seus processos produtivos estão adequados à realidade do mercado e onde o gerenciamento da empresa pode melhorar.

Pesquisa aplicada em 2005 pelo Comitê Brasileiro de Qualidade (CB-25) entre 2.927 empresas mostrou que 81% dos entrevistados consideraram que seu desempenho melhorou após a certificação. O objetivo era apurar o nível de credibilidade da certificação ISO 9000 junto às empresas auditadas. Esse cenário, aponta Paranhos, indica que, independente do segmento, área geográfica e porte da empresa, a sobrevivência do negócio estará garantida com estratégias de atuação bem articuladas, comunicação eficiente e envolvimento dos colaboradores e principalmente da alta direção.

"Empresas que conhecem de estratégia, investem em capacitação e tomam decisão com base em indicadores têm maior probabilidade de obter sucesso"

Paulo Galeno Paranhos, *superintendente do ICQ Brasil*

O GRANDE GARGALO

Indústria cobra investimentos em transmissão e distribuição de energia e uma solução rápida para as dificuldades financeiras enfrentadas pela Celg

Geração: hidrelétricas asseguram carga superior a 8 mil megawatts

As usinas hidrelétricas, centrais de pequeno porte e plantas de geração térmica, a diesel ou bagaço de cana, asseguram ao Estado, hoje, uma potência instalada de 8,79 mil megawatts, aproximadamente. Nos próximos anos, esse número poderá saltar para quase 14,5 mil MW ou 65% a mais, segundo projeções da Secretaria de Infraestrutura do Estado. O problema tem sido fazer chegar toda essa eletricidade ao mercado consumidor e, principalmente, às novas indústrias que esperam desembarcar em Goiás. "O grande gargalo no Estado, atualmente, está na rede de transmissão e de distribuição, incluindo as subestações", declara o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira.

"Será preciso destravar os investimentos no setor energético, com uma solução rápida e adequada para a situação da Celg"

Paulo Afonso,
presidente da Fieg

Segundo ele, a federação tem sido procurada por empresas que esperam solução para a questão energética para iniciar a instalação de plantas industriais em Goiás, assim como empresas em fase de investimento têm retardado projetos de expansão ou de implantação.

Paulo Afonso considera o setor de infraestrutura, energia incluída, como "vital" para o desenvolvimento do Estado. "Será preciso destravar os investimentos no setor energético, com uma solução rápida e adequada para a situação da Celg", defende o empresário.

NOVA LINHA DE TRANSMISSÃO

Desenhado em 2004, o projeto para a montagem de uma nova linha de produção em Planaltina de Goiás deverá agregar ao Grupo Pirineus a primeira planta em todo o Centro-Oeste e a quarta no País a produzir carbonato de cálcio precipitado, produto com aplicações nas indústrias de cosméticos, de tintas, de papel e celulose e no setor farmoquímico. O insumo é utilizado ainda como matéria-prima, entre outros produtos, do papel que envolve o fumo nos cigarros e pastas dentais.

A nova planta, ainda em fase de inicial de implantação, num investimento de R$ 18 milhões, de acordo com o diretor de planejamento estratégico e financeiro do grupo, Domingos Sávio Gomes de Oliveira, sofreu alguns atrasos e, numa previsão já abandonada pelo empresário, poderia estar pronta para rodar no final deste ano. "Adiamos para o final de 2010", conta Oliveira.

A decisão foi tomada, entre outros fatores, por conta da crise mundial. "Paramos para estudar o mercado", reconhece o empresário. A unidade vai processar entre 2,8 mil a 3,0 mil toneladas por mês de carbonato de cálcio e está sendo construída como uma linha adicional da Araguaia Mineração e Indústria, uma das empresas do grupo formado, ainda, pela holding Serra dos Pirineus, Mineração Pirineus, Calcário Ouro Branco e Fillercal Mineração. No total, as empresas extraem em torno de 800 mil toneladas de minérios por ano, processando 650 mil toneladas de produtos acabados, num mix que inclui brita, calcário, calcita, carbonato e hidróxido de cálcio.

A linha de carbonato aproveitará as emissões de gás carbônico da fábrica de hidróxido de cálcio da própria Araguaia, instalada em Planaltina de Goiás, para produzir o carbonato precipitado. "Por isso esse é um projeto de indústria inteligente, já que vamos reduzir nossas emissões a praticamente zero."

A operação da linha de carbonato, sustenta Oliveira, depende da construção de nova rede de transmissão de energia elétrica,

Domingos Sávio: nova rede de transmissão em Planaltina de Goiás

num trecho de 35 quilômetros. Há oito anos, quando montou a Araguaia Mineração, o Grupo Pirineus investiu na construção de uma rede trifásica para abastecer a fábrica. Doada à Celg, como determina a legislação do setor elétrico, a rede posteriormente agregou novos clientes. "Hoje, a linha está sobrecarregada e não há recursos para construir a nova. O projeto contempla a instalação de uma segunda subestação interna, com capacidade para 2 mil kVA, a ser instalada pela Araguaia Mineração. "Estamos em negociações com a Celg porque vou precisar de energia", afirma Oliveira. Há mais ou menos um ano e meio, retoma o empresário, as unidades de Cocalzinho e Indiara passaram a ter sua operação afetada por flutuações de carga e queda de tensão, especialmente em períodos chuvosos.

"Quando há interrupção no fornecimento, o moinho trava e é preciso esvaziar a máquina totalmente porque não é possível acioná-la quando ela está carregada de minério", descreve. Nas suas contas, têm ocorrido seis a setes interrupções por mês, que significariam perdas entre 8% e 10% na produção mensal. No caso da Araguaia Mineração, o grupo instalou um grupo gerador para alimentar exclusivamente o forno que processa o calcário.

UM TRANSFORMADOR CARO DEMAIS

Instalada em Aparecida de Goiânia, a Treliças Centro-Oeste tem capacidade para produzir 500 toneladas por mês de treliças, mas tem mantido ritmo suficiente para processar entre 350 a 400 toneladas, de acordo com o diretor-presidente da empresa, Mário Renato Guimarães de Azeredo. "Não fazemos mais por falta de energia", declara.

A empresa poderia investir na instalação de um grupo gerador, reconhece o empresário, mas os custos comprometeriam a operação, diante das necessidades e das especificações exigidas pelo processo produtivo, que consome energia em alta voltagem. "Seria preciso instalar um gerador com potência para mil kVA ou mais, o que seria inviável para uma empresa do nosso porte."

Azeredo conta que, há algum tempo, conseguiu firmar com a distribuidora de energia do Estado um tipo especial de contrato que permitia o consumo de energia em horários de pico, entre 19 e 21 horas, com a imposição de tarifas em torno de cinco vezes mais elevadas do que a cobrada para a energia fornecida ao longo do dia. Mas a opção foi encerrada no final de 2008 para todas as empresas e não apenas no caso da Treliças Centro-Oeste.

Convencionalmente, a aplicação de tarifas mais caras para a chamada energia de ponta (aquela que é consumida nos horários de pico pela indústria) busca impor uma gestão mais racional ao sistema, desestimulando desperdícios e evitando o risco de colapso no fornecimento. "Se fosse consumir (energia) no horário de ponta, teria que pagar dez vezes mais caro ou mais", emenda Azeredo.

A partir de meados deste ano, retoma o empresário, a Treliças passou a enfrentar problemas no fornecimento normal, mas não chegou a sofrer prejuízos reais, embora tenha registrado algumas paralisações. "O problema foi resolvido. A Celg enviou uma equipe e seus técnicos fizeram alguns ajustes no nosso transformador. Mas a solução é temporária e poderemos enfrentar problemas quando a energia voltar a ter o padrão ideal", adianta.

Mário Renato: solução temporária para flutuações de tensão

Gelatina ou cola?

Há dois anos, a Gelnex Indústria e Comércio Ltda., primeira fabricante de gelatina da região Centro-Oeste, com fábrica em Nazário, investiu em torno de R$ 2 milhões para instalar seis grupos geradores de 450 kVA cada um. Esta foi a solução encontrada para evitar os problemas causados pelas constantes variações de carga que a empresa vinha enfrentando, conforme o gerente da unidade, Anésio Mateus Granado.

"Depois que é iniciado o processo de tratamento, se há qualquer paralisação, a gelatina se transforma em cola nos tubos e trava todo o maquinário", detalha Granado. Com as interrupções no fornecimento de eletricidade, o executivo conta que perdeu equipamentos, motores e até funcionários. "Tivemos muitos problemas no início", reforça. A entrada em operação dos geradores amenizou as dificuldades, mas ainda ocorrem quedas de tensão na rede convencional, principalmente em períodos de chuva. "A Celg tem dado atenção e seu pessoal técnico provê atendimento atencioso e competente, mas está faltando investimento em transmissão", constata Granado.

Um caso controverso

No começo do segundo semestre, a unidade goiana da Indústria Brasileira de Gases (IBG), que produzia oxigênio e nitrogênio em Aparecida de Goiânia, paralisou suas atividades. "Vamos continuar parados até termos uma solução para a questão da energia", avisa Newton Cardoso, presidente da empresa, que tem sede em Jundiaí (SP).

Cardoso prefere não falar em números e reclama uma "energia sem picos, nem cortes" para retomar a produção. "Vínhamos sofrendo três a quatro flutuações de tensão por semana e qualquer variação, por menor que seja, derruba a planta, causa a queima de aparelhos e de componentes eletrônicos importados. Levamos 24 horas para estabilizar as colunas de destilação", descarrega.

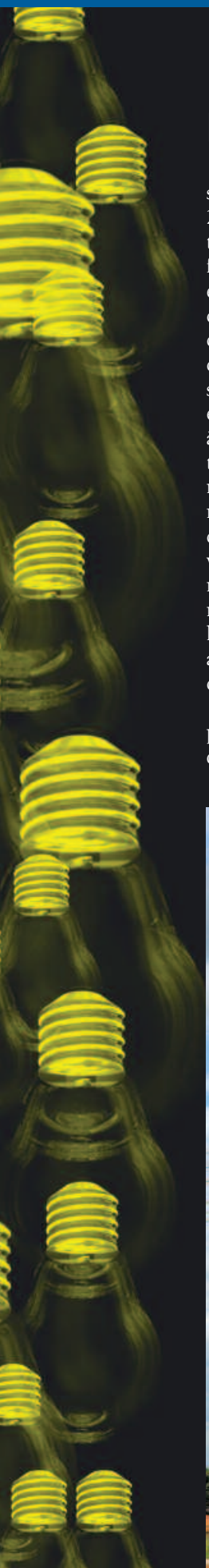
Ainda de acordo com Cardoso, essas flutuações estariam causando o desgaste prematuro de equipamentos e paralisações frequentes na operação até a reposição dos componentes afetados.

O caso da IBG, no entanto, parece mais controverso porque a própria Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), provocada pela empresa, não encontrou problemas mais sérios no fornecimento de energia, ao contrário. Em 12 de maio deste ano, por meio de expediente, a IBG solicitou à agência providências quanto à qualidade da energia fornecida a sua unidade em Aparecida de Goiânia. Depois de analisar indicadores coletivos e individuais do serviço prestado, a Aneel concluiu que "a qualidade do fornecimento à unidade consumidora em questão está de acordo com a regulamentada por esta Agência através das resoluções nº 24 de 2000, e 505, de 2001", conforme ofício endereçado à IBG em data de 5 de agosto deste ano pela Aneel.

Da mesma forma, prossegue o ofício, dados relativos à medição realizada no ponto de entrega e nas buchas de baixa tensão do transformador de propriedade da IBG "demonstram que os níveis de tensão de fornecimento encontravam-se dentro dos limites estabelecidos pela Resolução Aneel nº 505/2001." No mesmo documento, a agência recomenda: "Ademais, posto que essa IBG deseja um nível de qualidade de fornecimento de energia elétrica superior àquele estipulado nas normas do setor elétrico, ressaltamos o disposto no artigo 10 da Resolução Normativa nº 250, de 13 de fevereiro de 2007: "Caso o solicitante ou a distribuidora opte por realizar obras com dimensões maiores do que as necessárias para o atendimento de demanda de carga a ser conectada ou acrescida na rede, de acordo com as normas e padrões técnicos da distribuidora, ou que garantam níveis de qualidade de fornecimento superiores aos especificados na respectiva regulamentação, o custo adicional deverá ser arcado integralmente pelo optante."

A Celg, por sua vez, ressalta que realizou investimentos significativos para assegurar a qualidade adequada à energia fornecida ao parque industrial onde a IBG e outras empresas estão instaladas em Aparecida de Goiânia. A empresa relaciona gastos com "reforma e manutenção preventiva na subestação Cepaigo, construção de trecho circuito alimentador, substituição de transformador de força de 6,25 por outro de 9,375 MVA e ampliação da subestação com instalação de novo transformador .

Indústria Brasileira de Gases: Aneel reafirma qualidade da energia



Investimentos de R$ 1,6 bi

A Companhia Energética de Goiás (Celg) detém concessões válidas até 2015 para distribuição de energia elétrica em 237 dos 246 municípios do Estado e atende também a 386 distritos e povoados. Na descrição da empresa, "seus objetivos confundem-se com sua missão principal, que é prover soluções energéticas e serviços que atendam às necessidades dos clientes com efetividade." A despeito de reconhecidas dificuldades financeiras, causadas pelo endividamento excessivo e com perfil concentrado no curto prazo, a Celg Distribuição (Celg D), responsável pela área de distribuição de energia, tem buscado honrar esse compromisso, preservando investimentos mesmo em meio à turbulência. Nos últimos 12 anos, as áreas de distribuição e transmissão receberam injeção de R$ 1,62 bilhão em valores não corrigidos. Apenas no ano passado, esses investimentos somaram R$ 230,08 milhões, avançando 13,4% na comparação com 2007. Entre 1999 e 2004, os valores investidos, ano a ano, variaram em torno de 9% da receita líquida, atingindo o ponto máximo em 2002 (11,6%). Em 2008, a relação entre investimentos e receita líquida, aqui considerado o faturamento consolidado na holding Companhia Celg de Participações (Celgpar), atingiu 12,7%. Na média, desde a venda de Cachoeira Dourada, os investimentos da Celg D corresponderam a 12% da receita.

A companhia destaca, ainda, que "todo o esforço de gestão para reduzir custos tem beneficiado a população do Estado, que conta com uma tarifa residencial destacada entre as menores do País". O sistema de gestão da qualidade, incrementado a partir de 2004, alcançou certificação com base nas normas NBR ISO 9001:2000, por meio da certificadora Bureau Veritas.

Mais recentemente, a Celg assumiu "nova postura, centrada em novos paradigmas, com relação à realização de investimentos de interesse do governo estadual, mediante assinatura prévia de contrato e/ou convênio e a indispensável contrapartida de empenho, objetivando preservar o acionista minoritário." Isso só será possível, no entanto, na medida em que houver disponibilidade de recursos. "E, neste caso a Celg, como empresa do Estado, está impedida, pois há limitações quanto à possibilidade de captação de recursos emergenciais, levando-a a inadimplência, principalmente para com o Grupo Eletrobrás."

A continuidade e a consolidação desses esforços "são essenciais para assegurar o grande objetivo permeado nas ações para sustentação econômica e financeira" da empresa. Com apoio do governo, a Celg busca dar sequência às negociações para retomar o recebimento de créditos do poder público federal. "Disto dependem as perspectivas para o futuro e não apenas para 2010, que é visto como um ano de grandes desafios, mas principalmente de grandes oportunidades para a Celg D", avalia a empresa em nota encaminhada à revista.

Com os recursos esperados, será possível liquidar passivos onerosos e dívida intrassetoriais, em especial com a Eletrobrás. "Estas ações deverão ser concluídas ainda no ano de 2009. Em suma, a Celg D reafirma com seriedade e disciplina a disposição de regularizar seus investimentos." ■

Pacote de R$ 3,2 bilhões

Em meio às tratativas entre governo do Estado, CelgPar e Eletrobrás, envolvendo ainda o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Brasil (BB), o valor a ser arbitrado para a fatia de 41,08% das ações a serem transferidas para a estatal federal do setor elétrico desempenhará o papel menos relevante em todo o processo. Em grandes linhas, esse pacote inclui injeção de R$ 3,17 bilhões, a título de empréstimo, a juros médios de 7% ao ano. Como a Celg tem de se submeter a taxas médias de 20% ao ano, atualmente, apenas essa redução dos juros deverá assegurar economia anual de R$ 416 milhões, que impactariam diretamente a conta de resultados (ou seja, seriam transformados em lucro para a empresa). A Eletrobrás e o governo do Estado deverão integralizar, pela ordem, R$ 250 milhões e R$ 300 milhões. BNDES e BB entrariam com R$ 1,35 bilhão. A soma final superaria os R$ 4,7 bilhões registrados nos passivos de curto e longo prazo, depois de descontadas obrigações especiais e o patrimônio líquido, com sobra de aproximadamente R$ 250 milhões a R$ 290 milhões, que ficariam à disposição do acionista controlador. A Celg poderia retomar seu fluxo normal e ainda estaria habilitada, vencida a situação de inadimplência atual, a requerer à Aneel a renovação de seu contrato de concessão por mais 20 anos.

LARGADA PARA A CARREIRA

Em pesquisa realizada pelo IEL Goiás, egressos atestam por que o estágio vale a pena como estratégia para assegurar um lugar no mercado de trabalho

■ *Célia Oliveira*

O estágio é imprescindível e contributivo à vida dos estudantes. Quem diz são eles mesmos, ouvidos pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás), em pesquisa de opinião, realizada a cada dois anos. Desta vez, foram entrevistados 231 egressos do estágio de ensino superior de instituições públicas e privadas, localizadas na capital e no interior. Da amostra feita em campo, a maioria – 91,3% – afirma que a experiência somou para a vida profissional, apontando três principais contribuições: a oportunidade de colocar em prática o que é aprendido na teoria, o conhecimento do mercado de trabalho e a promoção da integração ao meio empresarial.

A pesquisa, intitulada Acompanhamento dos Egressos de Estágio do IEL, faz parte da série de estudos que o instituto realiza para conhecer a opinião dos estudantes quanto ao relacionamento profissional com as empresas nas quais desenvolveram suas experiências e identificar a contribuição da mesma na qualificação para o mercado de trabalho, explica a gerente do Programa de Estágio do IEL Goiás, Tarciana Nascimento.

Concluinte de jornalismo na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), Juliana Fulquim estagiou em uma emissora de televisão. Hoje contratada por um diário de Goiânia, diz ter encontrado na experiência a grande oportunidade para sua profissão. "O estágio encurtou a distância para minha entrada no mercado de trabalho e favoreceu a decisão da área de atuação, dentro de minha formação profissional." Novata no jornal, ela reconhece que enfrentaria muitas dificuldades se não tivesse passado pela prática. "O estágio é requisito no processo de seleção."

A pesquisa revela, em outros aspectos, as percepções dos egressos quanto ao valor dessa fase de aprendizagem na futura carreira. Além do desenvolvimento técnico e sua integração ao mercado, os entrevistados citam o alcance de habilidades e atitudes, como comunicação, postura profissional e pró-atividade. Para o levantamento deste ano, foram considerados itens solicitados pelos empresários, segundo pesquisa realizada pelo IEL em 2007.

Juliana: estágio encurtou a distância entre a universidade e o mercado

Conhecimentos e atualização

Henrique Luiz

"Na prática, o estágio responde de maneira sustentável aos anseios e às buscas do jovem", analisa Marcelo Melo, coordenador de relacionamento do IEL. De acordo com ele, isso é comprovado pelas respostas e pelo contato diário que a equipe do instituto mantém com os estudantes durante o período de prática nas empresas.

Outro dado positivo refere-se aos conhecimentos adquiridos. "O nível de satisfação chega a 58,9% dentre a amostra pesquisada", afirma Melo, para quem o índice demonstra o grau de dificuldades pelas quais poderia passar, hoje, o jovem que não experimenta o estágio ao chegar no ambiente de trabalho formal.

O conhecimento em informática, um requisito "arroz-com-feijão" de quem está atuando e de quem se prepara para o mundo do trabalho, aumentou entre os egressos, segundo a pesquisa. O nível avançado cresceu 8,2%, passando de 26,4% em 2006 para 34,6% em 2009. Quem ainda pouco conhece investe no up grade para se qualificar nesta ciência que, nas empresas, adquiriu relevância no auxílio das tarefas, na comunicação e mesmo na realização de negócios.

COMPARATIVO DO NÍVEL (%)

Conhecimento em informática

	2006	2009
Avançado	26,4	34,6
Médio	45,5	40,7
Básico	28,1	24,7

Fonte: IEL Pesquisas/2009

"Eu tinha de dar conta de programar", enfatiza João Francisco Pinheiro, que detectou durante seu estágio, por meio do IEL, o que realmente queria e, hoje, está satisfeito com o trabalho na função de programador, no Senai. Depois de passar pela experiência e enfrentar uma seleção, ele sabe o quanto a atividade fez diferença para que adquirisse domínio dos conhecimentos exigidos de um programador. "Linguagem de programação, análise de requisitos de software e modelagem de dados são alguns dos aspectos cobrados. Isto e muito mais só o estágio me proporcionou", afirma. Ciente da necessidade de conhecimentos profundos na área, João Francisco continua se reciclando em inovações tecnológicas.

Contribuições do estágio para a vida profissional do aluno (%)

Fonte: IEL Pesquisas/2009

Oportunidade de contratação

Taynan: no lugar certo, na hora certa. E preparada

Está trabalhando no momento? A essa pergunta da pesquisa, a resposta confirmou a expectativa de quem lida com a grande angústia do estagiário: ser efetivado ao término do contrato de estágio ou da graduação e, se possível, na organização onde estagiou.

"A fatia do bolo é generosa para os egressos e também para os agentes de integração. A colocação dos egressos no mercado alcança 81%", comemora o coordenador de relacionamento do IEL. Um exemplo é o de Taynan da Rocha Batista. Depois de três estágios - um na fase do ensino médio e dois no superior -, foi contratada na área administrativa na concessionária de veículos Jorlan. Desempenhando as funções de acordo com sua formação, ela conta que, desde o início do último estágio, apostava na contratação, pois tinha muita bagagem. "Meus conhecimentos adquiridos em estágio foram fundamentais e, quando surgiu a vaga, eu estava no lugar certo e na hora certa e, ainda, muito preparada", enfatiza Taynan Batista. Para a jovem, o acúmulo de habilidades adquiridos em três estágios fez a diferença e por isso - justifica - o aluno enquanto estagiário pode e deve aceitar as cobranças que, eventualmente, a empresa faça. "É assim que se aprende. Eu recebia bem as cobranças que me eram feitas, mesmo enquanto estagiária, pois entendia que era minha oportunidade de desenvolver para perceber impactos positivos à vida profissional", completa.

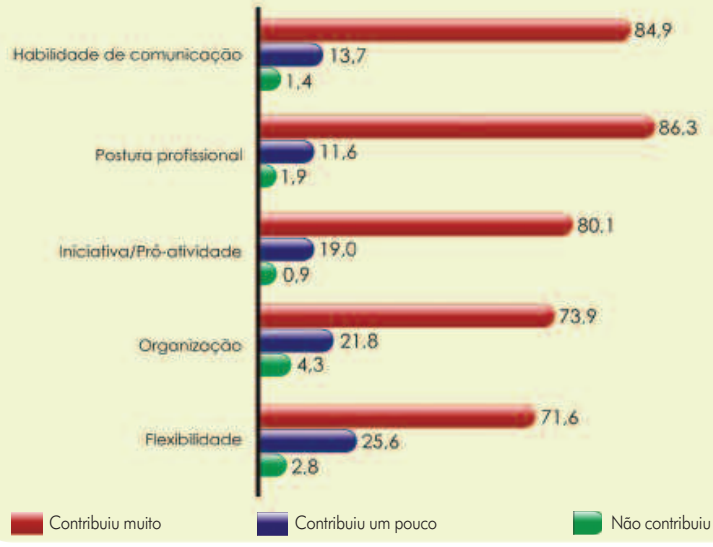
SABER OU NÃO SABER, EIS A QUESTÃO

A opinião de Taynan contradiz o velho discurso de que estagiário é tão-somente um aprendiz. Apesar dessa condição, ele não deve se conformar com o 'não aprender' em profundidade e passar o estágio sem desenvolver algum projeto na empresa ou, mesmo, adquirir conhecimentos simples, como passar fax ou usar a máquina de xerox. Todo treinamento é ganho. "A vivência dela e de outros tantos egressos ouvidos na pesquisa é prova de que conhecimento não ocupa espaço, ao contrário, garante espaço", enfatiza Marcelo Melo, do IEL Goiás. Do contrário, reforça, qualquer profissional depois de pegar o diploma decretaria a 'aposentadoria da aquisição de conhecimentos'. Nada de cursos, congressos, reciclagem, especialização.

Aprender a usar o xerox, passar fax, receber uma visita ou atender ao telefone é rotina de qualquer profissional, seja ele celetista, gestor, executivo ou autônomo. Quem já passou pelo estágio um dia, sabe o que significam os aprendizados. Quem não passou, conhece as dificuldades.

Ainda na análise dos resultados da pesquisa, por meio da opinião dos egressos, Melo levanta uma reflexão. "Afinal, já pensou em um gestor ou um executivo hábil em fazer grandes negócios, sozinho no escritório, depois do expediente, diante da necessidade de passar fax e não saber de que lado inserir o papel na máquina?" ■

Contribuição do estágio quanto a questões atitudinais dos egressos (%)



Fonte: IEL Pesquisas/2009

"O Cartão BNDES é alento para um segmento de trabalho múltiplo e variado e, sobretudo, um trabalho árduo"

Humberto Rodrigues de Oliveira
Presidente do Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa da FIEG

O crédito da micro e pequena empresa

Se a economia brasileira vem crescendo e se essa face robusta não se esmaeceu nem mesmo com a avalanche da crise financeira mundial, aí está a presença da micro e pequena empresa. Da mesma forma que na economia doméstica se vê o básico da população brasileira ter a mesa diária da refeição sustentada pelos pequenos produtores, o grande motor da economia, mesmo que aquecido pelos portentosos conglomerados econômicos, mantém o fôlego com a operosidade das formiguinhas chamadas micro e pequena empresas.

Basta que vejamos os números. Elas são 99,2% das empresas brasileiras em operação e empregam 60% das pessoas economicamente ativas. Mas respondem por apenas 20% do PIB, por conta da dificuldade de acesso ao crédito para manutenção e investimento de expansão. Com isso, e a despeito da pujança da produção econômica nacional – com elas no meio –, as micro e pequenas empresas ainda vivem o drama diário do crédito, muitas vezes tendo que pedir prazo aos fornecedores, quando não fazendo uso do cheque pré-datado e/ou do cartão de crédito, e às vezes até mesmo recorrendo ao recurso extremo de operar no mercado paralelo, socorrendo-se – ou afogando-se – na busca de recursos no mundo tenebroso da agiotagem.

O Brasil tem que responder a esse desafio. Felizmente, alguma coisa está acontecendo. Uma boa novidade é o Cartão BNDES, instituído este ano com o objetivo do apoio, de forma ágil, com uma linha de crédito automática e pré-aprovada, para o socorro às micro e pequena empresas. Têm acesso ao Cartão BNDES empresas brasileiras com receita bruta anual de até R$ 60 milhões, e que naturalmente estejam em dia com

suas responsabilidades sociais e fiscais. As operações são interessantes para o universo dessas empresas: limite de até R$ 500 mil por banco emissor, prestações fixas em até 48 meses, taxas de juros de 1% ao mês, dispensa de garantias reais, crédito rotativo e pré-aprovado e uso automático.

É a resposta dada pela gestão financeira nacional a esse expressivo universo que atua e que marca presença: micro e pequenas empresas representam 97% do cartões BNDES, com um total, no primeiro trimestre do ano, de R$ 5,4 bilhões de limite de crédito pré-aprovado. Mas, para ser bom para a micro e pequena empresas, o mecanismo tem que ser atraente para o fornecedor. E o é. Afinal, são R$ 5,4 bilhões de limite de crédito pré-aprovado para compras, com taxa de desconto de até 3% sobre o valor da venda. E a plataforma é vasta: 105 mil itens disponíveis no portal, oferecidos por mais de 11 mil fornecedores credenciados. Por último, a praticidade é boa: a micro e pequena empresas portadoras do Cartão BNDES negociam o valor da compra e informam os dados do cartão ao fornecedor credenciado, as informações são registradas no Portal BNDES e o negócio está feito.

Mas o que é bom pode melhorar. O segmento da micro e pequena empresa debate com persistência essas temáticas todas e agora conclui que algumas ações podem melhorar o serviço. Por exemplo: buscar novos parceiros que fortaleçam o cartão. Uma boa sugestão seria a permissão para que cooperativas possam atuar como agentes emissores do cartão, considerando que estas possuem conhecimento da realidade local e podem contribuir para ajustar o produto às diferenças regionais existentes no Brasil. E entra uma necessidade crucial: reduzir a taxa de administração do cartão. A taxa atual (3%) é muito alta e tem levado alguns fornecedores a não se interessarem em vender por meio desse instrumento.

Entendemos ser o Cartão BNDES o melhor instrumento de crédito disponível no mercado para as MPEs. O aumento do volume de crédito concedido é prova da eficiência deste produto: em 2008 foram cerca de R$ 1 bilhão concedidos para as MPEs e, para este ano prevê-se algo em torno de R$ 1,5 bilhão. O Cartão BNDES é um alento para um segmento de trabalho múltiplo e variado e, sobretudo, um trabalho árduo, que merece reconhecimento e que precisa de compensações. No mínimo, por estar se apresentando como força produtiva no mercado formal da produção e do emprego no Brasil. Com algum crédito, tanto melhor. E melhor para todos, é bom dizer. ■

PRODUTIVIDADE,

Empresas do setor contabilizam ganhos com implantação do Procompi e estão prontas para surfar a onda de crescimento esperada para 2010

O Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Empresas (Procompi) para a indústria moveleira da região de Goiânia, implantado entre 29 de setembro de 2008 e 20 de outubro deste ano, foi concluído com "êxito total", entusiasma-se Manoel Paulino Barbosa, presidente do Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás (Sindmóveis).

Vinte empresas moveleiras, que fazem parte do Arranjo Produtivo Local (APL) do setor, na região metropolitana da capital, completaram todo o ciclo previsto no programa, que tem entre seus objetivos melhorar o processo produtivo, agregando maior qualidade à produção, reduzir custos e desperdícios, maximizando margens e ampliando, na ponta final, a produtividade das empresas. Barbosa estima que, ao final do processo, as empresas participantes alcançaram ganho médio de produtividade ao redor de 5%. Em todo o Estado, operam perto de 860 empresas no setor de móveis, gerando 8,6 mil empregos diretos, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Manoel Paulino, do Sindmóveis: diagnóstico inicial identifica principais gargalos

De acordo com o consultor José Adriano Festa, que acompanhou as indústrias na implantação do Procompi, pesquisas realizadas diretamente com os participantes demonstram os avanços realizados. Nada menos do que 60% das empresas apontaram "grandes ganhos" na área de custos de fabricação, enquanto 34% indicaram reduções moderadas. Apenas para 6% delas não se registrou queda.

Nada menos que 84% das empresas conseguiram adequar seus prazos de entrega à realidade do mercado, outro fator decisivo. "A melhoria de produtividade e da qualidade nos processos e no produto final, em maior ou menor escala, foi apontada por 95% das empresas", acrescenta Festa.

COM QUALIDADE

Carlos Alberto, da Post Portas: expectativa de crescimento acima da média do mercado

Pontualidade e ganhos econômicos

Atualmente com 30 empregados, a Movelaria Atrium está no mercado há 17 anos, produzindo mobiliário de decoração para residências e fornecendo seus produtos para lojas como Época e Lavoro. Diretor presidente da indústria, Manoel Paulino Barbosa comenta que a Atrium aderiu ao Procompi e conseguiu, entre outros avanços, uma melhoria evidente de processos ao longo de toda a linha de produção.

"Atualizamos o layout da indústria, aprimoramos nosso sistema 5S, implantado há três anos, eliminamos gargalos, reduzindo o trânsito interno de peças e de pessoal, e conseguimos maior pontualidade nas entregas", descreve.

A Post Portas Indústria de Móveis Ltda., mais conhecida como Paulette Armários, instalada em Goiânia há 23 anos, especializou-se na fabricação de armários para cozinha, banheiro, quartos e escritórios, concentrando-se na linha residencial. A empresa também participou do programa e, como resultado, está "melhor preparada para aproveitar as oportunidades que o mercado oferece", relata seu dono, o empresário Carlos Alberto Vieira Soares.

A expectativa do setor é de que o mercado de móveis alcance crescimento entre 10% e 15% neste ano. "Mas espero crescer mais do que isso", arrisca Soares. Em parte por conta dos resultados do Procompi. A fábrica, que ocupa uma área construída de 3,3 mil m² próxima à Perimetral Norte, refez seu layout, cortou desperdícios e passou a ficar em dia com seus compromissos com a clientela. "Isso influenciou em todos os aspectos do processo, inclusive com ganhos econômicos", afirma Soares. O volume de retrabalho foi reduzido em pelo menos 10%, prossegue, com menor desperdício de madeira e de mão de obra. A Paulette Armários contratou oito novos funcionários em 2009 e investiu R$ 140 mil num novo equipamento para acabamento de dobras, trabalho antes feito manualmente.

Produção enxuta e a custo menor

O Procompi é o resultado de parceria entre a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). De acordo com Festa, "o programa apoia projetos concebidos pelas federações estaduais do setor industrial, no caso a Fieg, em parceria com a unidade regional do Sebrae e sindicatos do setor (o Sindmóveis, por exemplo)." No caso do setor moveleiro goiano, foram investidos R$ 261,46 mil, divididos entre empresas e instituições parceiras.

Conforme Barbosa, como primeiro passo, foi realizado um diagnóstico da situação real das empresas, com identificação dos principais gargalos. Observou-se, entre outros pontos, que o setor necessitava aperfeiçoar o processo produtivo de forma a reduzir custos, além de combater atrasos nas entregas, melhorar a produtividade e a qualidade de produtos e processos, com capacitação na área de gestão, reforça Adriano Festa.

"A estratégia foi implantar ferramentas de melhorias de processos baseadas no sistema de produção enxuta, incluindo gestão de processos, por meio de sistemas kanban (para controle dos fluxos de produção, tornando-os mais racionais), introdução de células de manufatura, redução de resíduos e adequação do layout das fábricas", detalha o consultor. Na área de gestão de qualidade, as empresas foram estimuladas a adotar ou a aperfeiçoar sistemas 5S (o que significa organização, limpeza, menor geração de resíduos e sua correta destinação, além de disciplina no processo produtivo).

De malas prontas para a nova fábrica

A Gave Cozinhas e Armários trabalha com suas máquinas a pleno vapor para atender a todos os pedidos até 22 de dezembro, quando entra em férias coletivas, e já não recebe mais encomendas para este ano. Com fábrica em Aparecida de Goiânia, num espaço de mil metros quadrados, a empresa está há 15 anos no mercado e, neste ano, espera crescer entre 5% e 10%. "Não sentimos a crise", decreta o empresário José Garibaldi Cein.

Com duas lojas próprias, uma em Goiânia e outra em Brasília, a Gave emprega, no total, 59 pessoas, incluindo a fábrica, o setor de varejo e a área de prestação de serviços, que cobre os segmentos de assistência técnica, montagens e garantia. Ao longo da implantação do Procompi, a empresa concentrou-se principalmente na readequação de espaços internos para acomodar a demanda crescente e na área de recursos humanos.

Os avanços na produtividade, com incremento em torno de 8%, e na qualidade do produto transformaram-se em ganhos salariais, já que a maioria dos funcionários "ganha por produção". O programa, continua Cein, "proporcionou melhoria no ambiente de trabalho, renovou a fábrica no aspecto de limpeza e organização, além de permitir que nossos empregados conseguissem promoções."

Os planos de expansão, que previa dobrar a área atual, foram abortados e a Gave embarcou num plano ainda maior. Vai investir na construção de uma nova fábrica em Senador Canedo, num projeto para 10 mil m², dos quais a metade deverá estar construída em dois anos, espera Cein. Só no primeiro galpão serão investidos R$ 1,5 milhão. ■

José Garibaldi, da Gave Cozinhas: de malas prontas para Senador Canedo

Condomínio de indústrias

Senador Canedo vai abrigar novo pólo do setor moveleiro

O condomínio de indústrias moveleiras em construção no município de Senador Canedo deverá entrar em operação já a partir de 2010, de acordo com o presidente do Sindmóveis, Manoel Paulino Barbosa. O projeto é resultado de parceria entre 11 empresas do setor, o governo do Estado e a prefeitura da cidade. "A venda da área já foi realizada a valor simbólico, o governo está realizando o trabalho de terraplenagem e firmamos convênio com o Senai para capacitação de pessoal", adianta Barbosa.

A implantação do condomínio, que vai operar sob um modelo de associativismo, mas sem caráter cooperativista, exigirá investimentos de R$ 12 milhões, nos cálculos de Barbosa. Parte dos recursos poderá ser financiada pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e pelo Produzir, programa estadual de incentivos fiscais. Numa primeira etapa, as indústrias moveleiras vão ocupar área total de 99 mil metros quadrados, cabendo a cada uma delas em torno de 6 mil a 7 mil m². A construção dos galpões será feito em regime de empreitada e a contratação da construtora será rateada entre os condôminos. "Já estamos pedindo uma nova área no local para abrigar mais empresas", antecipa o presidente do Sindmóveis.

Um espaço, também de 7 mil m², será reservado para receber ambulatório, refeitório, central de distribuição e um centro de capacitação, que serão operados em conjunto pelas empresas do condomínio. Além disso, as empresas parceiras usarão uma mesma central de compras, o que permitirá reduzir custos nas aquisições de matérias-primas e insumos.

A possibilidade de baixar custos de produção e manutenção, repartir investimentos em capacitação, além de otimizar o setor de logística e o uso da infraestrutura, atraiu as empresas do setor, conta Barbosa.

Outra vítima do câmbio

Setor ensaia retomada depois da crise, mas o dólar barato continua castigando os curtumes, que precisam exportar 80% do que produzem

A indústria do couro atravessou um período turbulento em 2009, pressionada pela crise internacional e consequente queda da demanda e dos preços, com a valorização do real, e pela inadimplência. "O mercado interno apresentou desempenho pior do que o externo. Os curtumes até conseguem vender, mas não recebem", justifica João Essado, presidente do Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás (Sindicurtume) e da Centrocouros Inhumas.

Na sua avaliação, a inadimplência continua sendo um problema para o setor, entre outros motivos, porque a indústria de calçados "tem sido muito sacrificada pela concorrência desleal dos chineses." No mercado externo, a crise derrubou a demanda na indústria automobilística e no setor da construção, epicentro do terremoto que abalou as economias dos países mais desenvolvidos, acrescenta Emílio Bittar, diretor presidente da Coming, maior exportadora de couros do Estado.

Entre janeiro e outubro deste ano, as exportações goianas de peles bovinas despencaram nada menos do que 41%, passando de US$ 74,231 milhões nos primeiros dez meses de 2008 para US$ 43,659 milhões neste ano. O setor como um todo, que de acordo com Essado reúne 13 indústrias com capacidade total para 23 mil couros por dia, tem operado com ociosidade em torno de 40%, processando ao redor de 14 mil unidades diariamente. "Em 2008, trabalhamos com 16 mil a 17 mil peças por dia", relembra Essado.

A queda no total de abates de bovinos contribuiu para isso, mas a demanda muito tímida e o dólar barato empurraram os preços do couro para R$ 0,30 a R$ 0,50 por quilo no auge da crise, frente a R$ 2,00 na fase anterior. Depois disso, o mercado passou a observar alguma reação, com os preços alcançando entre R$ 0,90 a R$ 1,10 entre outubro e novembro. Mas dificilmente retomará os níveis anteriores. "Nosso maior problema é o câmbio, já que o mercado doméstico consome apenas 20% da produção e os demais 80% têm que ser exportados", reclama Bittar.

Bittar, da Coming: projeto de investimento será retomado assim que as chuvas passarem

Neste momento, grandes grupos, como o JBS-Friboi, que coloca no mercado diariamente 40 mil couros, decidiram processar suas peles, embarcando na onda da terceirização, o que deverá encurtar a oferta de matéria-prima para alguns curtumes. "O setor terá que buscar novas fontes de suprimento. Mas isso também traz a oportunidade de ocuparmos a capacidade ociosa", comenta Essado, que só acredita em recuperação efetiva do mercado a partir de fevereiro de 2010.

A Coming, relata Bittar, remou contra a corrente e conseguiu trabalhar com 5,5 mil peças por dia, aumentando a produção pela via da terceirização. A planta de Trindade, informa o empresário, tem capacidade para 4 mil couros wet blue por dia. A unidade de Franca, que produz peles semiacabadas e terminadas, tem potencial para mais 800 peças. Neste momento, a Coming espera apenas o final da temporada de chuvas para retomar o projeto de instalação de uma linha para produção de semiterminados em Trindade, com capacidade para 1,6 mil peles por dia, num investimento de R$ 8 milhões.

POLÍTICAS VENCEDORAS

Empresas de todos os portes e instituições recebem o Prêmio Goiás de Gestão Ambiental

Eternit, Equiplex, Centrocouros Inhumas, Cipa, Anglo American, HP Transportes, Votorantim, prefeitura de Chapadão do Céu, Escola Estadual em Tempo Integral Marista Padre Lancísio e o Programa Trilhas do Brasil foram os grandes vencedores da quarta edição do Prêmio Goiás de Gestão Ambiental. Resultado de parceria entre Fieg, Sebrae Goiás e governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos (Semarh), o prêmio é um reconhecimento a iniciativas mais relevantes na área ambiental, com foco no desenvolvimento sustentável.

Neste ano, concorreram 46 projetos, dos quais 26 foram classificados em dez categorias, enquanto a ambientalista Juvenilia Fernandes Gonçalves mereceu menção honrosa. A solenidade de entrega do prêmio foi realizada no último dia 11 de novembro, no salão do Sesi Clube Antônio Ferreira Pacheco. Criado em 2004, relembrou presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, o prêmio cumpre o propósito, entre outros, de estimular o setor empresarial a adotar sistemas integrados de gestão ambiental, buscando o envolvimento direto dos níveis de direção das corporações em projetos ambientais e de responsabilidade social.

Participante das quatro edições do prêmio e vencedora por duas vezes na categoria de atividade industrial de pequeno porte, a Centrocouros Inhumas Ltda. conquistou seu tricampeonato ambiental em 2009. "A empresa tem como preocupação prioritária a boa gestão ambiental e, em especial, dos recursos hídricos, um bem público de uso múltiplo", expressa o presidente da empresa, João Essado.

O sistema de gestão ambiental adotado pela Centrocouros, instalada às margens do Rio Inhuminha, afluente do Meia Ponte, busca reduzir a utilização de recursos naturais, adotando práticas de consumo racional. Na mesma linha, os investimentos realizados no tratamento de efluentes tornam possível devolver ao manancial, em trecho acima da área de captação, água com nível de pureza entre 90% e 95%.

Outra vencedora, a Equiplex Indústria Farmacêutica, do empresário Heribaldo Egídio, investiu em nova estação de tratamento de efluentes, com capacidade para 75 metros cúbicos por dia e implantou um programa de revitalização da nascente do Córrego Veredas, em Aparecida de Goiânia. Além disso, recuperou a área de preservação permanente no mesmo local de sua indústria, comprou e reflorestou uma área vizinha ao seu parque, com replantio de espécies do Cerrado.

A premiação e os vencedores

Gerenciamento de resíduos sólidos
- Prefeitura de Chapadão do Céu

Atividade industrial de grande porte
- Eternit S.A.

Atividade industrial de médio porte
- Equiplex Indústria Farmacêutica Ltda.

Atividade industrial de pequeno porte
- Centrocouros Inhumas Ltda.

Atividade industrial alimentícia
- Cipa Industrial de Produtos Alimentares Ltda.

Atividade industrial mineração
- Anglo American Brasil Ltda.

Comércio e prestação de serviços
- HP Transportes Coletivos Ltda.

Educação ambiental corporativa
- Votorantim

Educação ambiental em instituição de ensino
- Escola Estadual em Tempo Integral Marista Padre Lancísio

Comunicação ambiental
- Programa Trilhas do Brasil

Menção honrosa
- Juvenilia Fernandes Gonçalves (ambientalista)

Paulo Afonso, João Essado e João Bosco Umbelino, do Sebrae Goiás: prêmio às melhores iniciativas na área de preservação do meio ambiente

Heribaldo e a reserva preservada pela Equiplex: investimento em nova estação para tratamento de efluentes

A CONTRAOFENSIVA

Plínio Viana e Tatiana Porto: planos ambiciosos para o comércio exterior goiano no próximo ano

Os dados acumulados nos primeiros 11 meses deste ano mostram que as exportações realizadas a partir de Goiás caíram 13,5%, para US$ 3,33 bilhões, com vendas ainda concentradas em commodities agrícolas e minerais. Mas as instituições oficiais e privadas ligadas ao comércio exterior, com apoio da Fieg e de seu Centro Internacional de Negócios (CIN Goiás), que completou seu 10º aniversário em 2009, preparam ofensiva para reverter esse quadro nos próximos anos.

O objetivo não é apenas aumentar os volumes exportados, mas atrair novas indústrias com potencial exportador ainda não explorado e agregar valor às exportações, adianta Plínio César Lucas Viana, gerente do CIN Goiás.

O contra-ataque, na verdade, já está em plena marcha, desde o lançamento da unidade da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), no início de dezembro. Em março de 2010, o CIN Goiás, em parceria com a Aduaneiras e possivelmente outras instituições, inicia a segunda turma da pós-graduação para qualificação de profissionais que atuam na área de comércio exterior. Desde o início de 2009, a Apex-Brasil dá suporte, em Goiás, a um programa de capacitação de empresas com potencial de exportação, denominado Projeto de Extensão Industrial Exportadora (PEIEx).

> CNI, Fieg e Apex trabalham a seis mãos para ampliar a base exportadora do Estado, agregar valor às exportações e atrair investimentos internacionais

"Identificamos a necessidade de incrementar a aproximação entre as empresas e os serviços oferecidos pela Apex-Brasil, que desenvolve projetos de promoção comercial, internacionalização de empresas e de atração de investimentos", afirma Tatiana Porto, coordenadora da unidade de projetos especiais da agência.

Os planos para 2010, antecipam Tatiana e o gerente do CIN Goiás, são ambiciosos, especialmente na área de atração de investimentos. CNI, Fieg e Apex já trabalham para mapear oportunidades de negócios, setores e empresas para participação em feiras ao redor do mundo e em missões comerciais organizadas pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Para o próximo ano, estão previstas missões a 24 países. A Apex-Brasil e o CIN Goiás também vão operar em conjunto para dar suporte à próxima missão comercial do Estado, prevista para os primeiros meses de 2010 e que terá como alvo os mercados do Leste Europeu.

A instalação da unidade da Apex-Brasil, que passa a operar dentro da Fieg, abre "as portas do mundo para pequenos empresários que, de outra forma, não teriam estrutura para explorar oportunidades de negócios no mercado internacional", aponta o coordenador técnico da Fieg, Welington da Silva Vieira.

UMA AGENDA PARA GOIÂNIA

Paulo Afonso e Vale Júnior: diálogo entre os dois lados consolida prática democrática

Fieg entrega aos vereadores a primeira edição da Agenda Legislativa da Indústria Goianiense e recomenda apoio a 13 projetos

Temas relacionados ao meio ambiente dominaram a primeira edição da Agenda Legislativa da Indústria Goianiense, lançada no início de novembro em iniciativa inédita da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg). Em meio a uma relação de 25 projetos de lei propostos pelos vereadores, nada menos do que 12 tratam do assunto, embora um deles esteja relacionado na categoria de responsabilidade social.

Em sessão especial da Câmara de Goiânia, convocada pelo vereador Francisco Vale Júnior (PMDB), presidente da casa, a agenda foi apresentada aos vereadores pelo presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, e pelo coordenador técnico da instituição, Welington da Silva Vieira. Além de propostas ambientais, os projetos em tramitação no Legislativo municipal incluem assuntos econômicos e tributários (5), institucionais (3), de responsabilidade social (3), infraestrutura (2) e relações do trabalho (1).

Na avaliação realizada pela equipe técnica da Fieg, baseada exclusivamente na "análise apartidária e racional dos efeitos futuros da legislação proposta para toda a sociedade", conforme destacou Vieira, 13 projetos foram considerados convergentes em relação aos interesses do setor industrial e 12 receberam a classificação de divergentes. "A isso se dá o nome de governança, assim definida quando a iniciativa privada se une ao setor público pelo interesse comum", declarou Vale Júnior.

Na opinião de Paulo Afonso, a agenda deve ser vista como uma contribuição efetiva da indústria ao trabalho desenvolvido pelo Poder Legislativo. "A busca de melhores condições de vida não deve ser responsabilidade exclusiva de governantes e legisladores, mas obrigação de toda a sociedade civil organizada", reflete o presidente da Fieg. Para Vale Júnior, o documento "materializa uma prática democrática, sem imposições. O empresariado e a Câmara estão maduros para dar esse passo."

Entre 11 projetos classificados na categoria meio ambiente pela Fieg, 5 foram descritos como "convergentes" (3 deles com ressalvas) e 6 ganharam a definição "divergentes", por não corresponderem, de alguma forma, aos interesses do setor e da sociedade, na avaliação da entidade. Entre os "convergentes", a federação apoia integralmente o projeto do vereador Túlio Maravilha, que institui a obrigatoriedade de redução e compensação de emissões de CO2 (dióxido de carbono) e cria incentivos para o uso de biocombustíveis no município de Goiânia.

A instituição também declara seu apoio, ainda que com ressalvas, aos projetos dos vereadores Gari Negro Jobs e Paulo Borges. O primeiro cria um programa municipal para descarte, coleta e reciclagem de óleos e gorduras e, no segundo caso, torna proibido o descarte desses resíduos nas redes de água e de esgoto.

COMPRAS PÚBLICAS

O presidente do Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa da Fieg, Humberto Rodrigues de Oliveira *(foto)*, defende a adoção de medidas que facilitem a participação de empresas de pequeno porte em licitações e contratos para compras do setor público. Entre outras propostas, ele sugere que micros e pequenas empresas recebam tratamento preferencial nas compras de até R$ 80 mil e que a decisão nas licitações favoreça o segmento quando a diferença de preços entre as propostas variar entre 5% a 10%. A concessão de incentivos fiscais, afirma Oliveira, também deveria estar amarrada à exigência de participação de micro e pequenas no programa de aquisições realizadas pelas empresas incentivadas.

Banco de desenvolvimento – 1

A transferência do estoque de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), estimado em R$ 11 bilhões, para o futuro Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO) parece estar definida, segundo adiantou a senador Lúcia Vânia (PSDB) em reunião *(foto)* com o vice-presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, e os presidentes dos conselhos temáticos do Agronegócio, André Rocha, de Comércio Exterior e Negócios Internacionais, Heribaldo Egídio, e de Micro e Pequena Empresa, Humberto Rodrigues de Oliveira.

Banco de desenvolvimento – 2

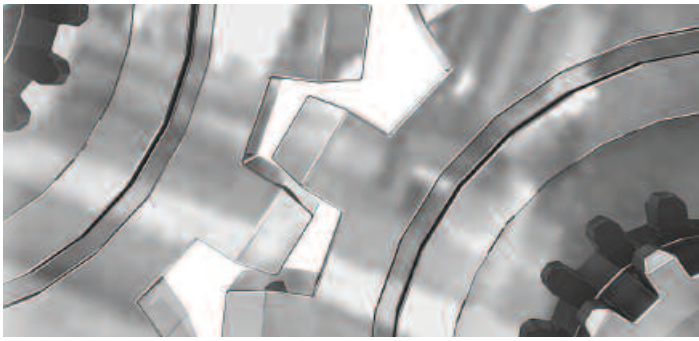
Inicialmente, o Banco do Brasil chegou a propor um prazo de 50 anos para transferir os recursos ao BDCO. Em ação conjunta dos senadores dos Estados da região, foi incluído prazo de cinco anos no projeto aprovado em outubro pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Posteriormente, "para honrar o acordo com a área econômica do governo e evitar vetos, incluímos emenda fixando esse prazo em 15 anos", disse Lúcia Vânia.

Investimentos

O presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, comandou articulação que levou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a prorrogar para junho de 2010 o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), previsto originalmente para encerrar-se em dezembro de 2009. O programa financia entre 80% a 100% do valor de máquinas e equipamentos, com prazos de até dez anos e juros fixos de 4,5% ao ano.

Obra no PAC

O presidente da Valec, José Francisco das Neves *(foto)*, anunciou na Fieg mudança no traçado original do Corredor Ferroviário Intercontinental, que fará a ligação entre o litoral sudeste do País e Boqueirão da Esperança, no Peru. O novo desenho fará com que a ferrovia cruze o Estado na altura de Uruaçu, passando próximo a Barro Alto de forma a favorecer a logística da operação da mina de cobre e níquel da Anglo American na região. "O que precisamos fazer é correr para concluirmos os projetos para esse trecho da ferrovia. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) já garantiu que incluirá a obra no PAC", assegurou Neves.



Na contramão do mercado

Gelnex amplia produção de gelatina, em meio à pior fase da crise, para ganhar escala, reduzir custos e preservar sua competitividade no mercado externo

Granado: produção triplicada de 150 para 450 toneladas por mês

Quando fechar dezembro, a unidade da Gelnex Indústria e Comércio Ltda., em Nazário, a 63 quilômetros de Goiânia, terá simplesmente triplicado sua produção desde o início de sua operação, em 2005. As obras para construção da primeira fábrica de gelatina do Centro-Oeste e a segunda da empresa, que nasceu em Itá, Santa Catarina, em 1998, foram iniciadas em 2003, mas a produção, numa média de 150 toneladas por mês, só começou dois anos depois, num investimento à época entre R$ 20 milhões e R$ 25 milhões, relembra o gerente da unidade goiana, Anésio Mateus Granado.

A marca de 450 toneladas mensais está prevista para o final de 2009, significando um incremento ao redor de 20% na comparação com a produção média registrada em 2008. "Temos mantido um crescimento de 20% ao ano desde o início da operação e vamos manter essa taxa em 2009", afirma Granado. A empresa destina em torno de 70% de sua produção de gelatina aos mercados norte-americano e europeu, exportando para 45 países.

Entre janeiro e outubro deste ano, a empresa exportou US$ 8,584 milhões, embarcando um volume total de 1,635 mil toneladas, de acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Em valores, as exportações cresceram 90,2%, saindo de US$ 4,512 milhões nos primeiros dez meses de 2008. A variação em volume, comparada às 1,231 toneladas exportadas no mesmo intervalo do ano passado, foi mais modesta, com crescimento de 32,8%.

A Gelnex processa a gelatina pura, sem sabor, e tem entre seus maiores clientes as indústrias de alimentos, incluindo fabricantes de sorvetes, e de produtos farmacêuticos, principalmente para a produção de cápsulas. Na fase mais crítica da crise, quando os preços finais de venda da gelatina recuaram perto de 20%, acompanhando o mergulho observado no mercado de couro bovino, a demanda encolheu e o dólar despencou, achatando as margens, a empresa tomou a decisão de reduzir custos variáveis e diluir custos fixos por meio de aumento na escala de produção.

Novo aumento na capacidade instalada já foi engatilhado pela Gelnex, que enviou aos órgãos ambientais do Estado o pedido de licenciamento para expandir sua produção nos próximos seis meses. Nos últimos cinco anos, além do capital imobilizado na construção da unidade de Nazário, a Gelnex investiu mais de R$ 20 milhões no Estado, envolvendo grupos geradores, maquinário, cinco biodigestores (que se encarregam de reciclar os gases gerados no tratamento de efluentes para alimentar as caldeiras da fábrica, reduzindo o consumo de lenha), estação de tratamento e outros projetos ambientais.

DE MALA E CUIA

Sicmol muda-se para área de 50 mil m² no polo empresarial de Aparecida de Goiânia sem interromper produção nem perder vendas

Há duas décadas no mercado, a Sicmol prepara-se para novos voos ao longo de 2010. Nascida de uma cisão do grupo Sebba, que mantém negócios nas áreas de construção civil, materiais de construção, móveis e acessórios, exportação e importação, além de operar no ramo hoteleiro, a empresa tem se dedicado, mais recentemente, à consolidação de duas de suas mais recentes linhas de produção, parte de sua estratégia para continuar crescendo em 2010. A primeira unidade, Concept Home, vai produzir móveis para salas, quartos, home e cozinhas. A segunda, chamada de Concept Office, fabricará divisórias e móveis corporativos.

Neste ano, detalha o empresário Gilberto Antônio Sebba, idealizador do grupo que leva o sobrenome da família, fundador da Sicmol e seu único dono, a empresa conseguiu a proeza de mudar seu parque industrial sem interromper produção e vendas. Quando criou a empresa, às margens da BR-153, precisamente no Km 1, em área total de 37 mil m² com 8 mil m² construídos, seu objetivo era ocupar espaços em mercado ainda pouco explorado.

Unindo visão empresarial e sua paixão pela madeira, Sebba definiu como foco inicial para a empresa recém-criada a produção de móveis para copa e de assentos em mogno. "Mais tarde, a linha para banheiros foi expandida para bancadas, acessórios, gabinetes e armários", relata. A Sicmol empregava perto de 50 funcionários e produzia, em média, 20 mil peças por mês.

Desde lá, a empresa sobreviveu aos vários planos econômicos "desestabilizadores", na descrição de Sebba, à inflação galopante, à consequente alta dos custos das matérias-primas e às dificuldades para contratar mão de obra especializada. "Com nossos esforços, conseguimos conquistar o reconhecimento do mercado nacional e internacional, instalando mais de 3 mil pontos de venda no País e no exterior, e consolidar nossa marca como a maior fabricante de assentos sanitários no Brasil", comenta o empresário.

A empresa cresceu e mudou, instalando-se neste ano no Polo Empresarial Goiás, em Aparecida de Goiânia, expandindo seu parque para 50 mil m² e passando a empregar 400 funcionários diretamente. Os investimentos envolveram a aquisição de máquinas e equipamentos de última geração, treinamento e capacitação de mão de obra. O foco da operação está atualmente centralizado na fabricação de móveis e acessórios para banheiros. Para o próximo ano, a perspectiva de crescimento do mercado de móveis, impulsionado pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), anima a empresa. Mas sua atuação deverá se concentrar no lançamento de produtos para o mercado de hotelaria e turismo, em que o grupo Sebba já atua, por meio da controlada São Jorge Construções e Empreendimentos Ltda., dona do hotel administrado pela Blue Tree em Goiânia. O empreendimento será ampliado em 2010 com a construção de mais 90 apartamentos de luxo, ampliando a capacidade total para 200 unidades.

Gilberto Sebba: próximo objetivo é consolidar as linhas Concept Home e Concept Office

Renata Dos Santos

PRÊMIO SISTEMA FIEG DE COMUNICAÇÃO

A entrega do 5º Prêmio Sistema Fieg de Comunicação, foi marcada por um almoço de confraternização com a imprensa no Sesi Clube Antônio Ferreira Pacheco, dia 26 de novembro. Paulo Afonso Ferreira entregou prêmios aos jornalistas vencedores Almiro Marcos, de *O Popular* (1º lugar), representado pela editora-executiva Cileide Alves, Gilberto Pereira e Lourdes Souza, ambos da *Tribuna do Planalto* (2º e 3º lugares respectivamente na categoria jornalismo impresso). Os outros vencedores aplaudidos na festa de premiação foram profissionais de rádio Luiz Geraldo, da *CBN Anhanguera* (1º lugar), Josete Bringel, da *Rádio Universitária* (2º lugar), e Gabriela Canseco, também da *CBN* (3º lugar na categoria radiojornalismo); Márcio Venício e Marina Jorge, ambos da *TV Anhanguera* (1º e 2º lugares) e John William, da *TV Serra Dourada* (3º lugar); e Ricardo Rafael, Weimer Carvalho e Wildes Barbosa, de *O Popular* (1º, 2º e 3º lugares na modalidade fotojornalismo).

FIEG NO ENAI

Durante o 4º Encontro Nacional da Indústria (Enai), realizado em Brasília, nos dias 17 e 18 de novembro, cerca de 1,5 mil empresários e representantes de entidades ligadas ao segmento firmaram a Carta da Indústria. O documento sugere, entre outras ações, a desoneração dos investimentos e a eliminação do problema de acumulação de créditos tributários, além de um conjunto de outras medidas para incrementar a competitividade do setor e assegurar o crescimento sustentável da economia. A Carta da Indústria será encaminhada aos candidatos à Presidência da República.

MAPA ESTRATÉGICO

A Fieg iniciou em dezembro a montagem do projeto Goiás 2020: Indústria rumo ao futuro, que vai definir um plano estratégico de longo prazo para o setor no Estado. Como ferramenta para assegurar a gestão e, principalmente, a execução do Goiás 2020, será construído o mapa estratégico do desenvolvimento industrial do Estado, contendo indicadores, metas e ações.

NA ALEMANHA

O empresário Sérgio Penido, diretor comercial da Complem (Cooperativa de Laticínios de Morrinhos), na foto com Luciana Galvão já colhe os frutos de sua viagem à Alemanha. Sua missão por lá foi conhecer o parque industrial da Sig Combibloc, uma empresa próxima a Frankfurt que fabrica embalagens para produtos alimentícios. A Complem fechou um contrato com a marca – concorrente da Tetra Pak – que atua na área de embalagens para lácteos e sucos.

DA ITÁLIA PARA BRASÍLIA

O empresário João Alves Parreira e seu filho Erik Vinícius Parreira chegaram da Itália direto para Brasília. Depois de aterrissar no velho mundo para a Vitrum 2009, evento bianual que reúne expositores de vários países, com suas inovações a tiracolo a dupla recebeu prêmio na Casa Cor de Brasília. Erik Parreira patrocinou o arquiteto Léo Romano *(na foto com Eliane Martins, franqueada da Casa Cor)*, profissional goiano vencedor do ambiente mais original – uma sala de espelhos que empregou vidros da indústria goiana VPM, controlada por Parreira.

ATÉ O PÔR-DO-SOL

Antônio Almeida, presidente do Sigego, discursa na festa de fim de ano da entidade, *(foto)* observado por Paulo Afonso (Fieg). Um churrasco com direito a música ao vivo embalou cerca de 300 trabalhadores do mercado gráfico até o pôr-do-sol, no Sesi Clube Antônio Ferreira Pacheco. Os convidados se divertiram ao som da dupla Nil e Cristiano, que cantou de MPB à música sertaneja e caipira raiz. O encontro foi marcado por alto astral, característica que segundo Antônio Almeida é a receita para esbanjar fôlego e "não ser aquele empresário que se cansa com duas reuniões diárias apenas", brinca. O empresário também anuncia que 2010 vai começar com projeto novo para a categoria. Trata-se de um convênio do Sigego com o Senai e a Finep, para melhorar ainda mais a qualidade e produtividade do parque gráfico local.

Simea

Crescimento

A entrada em operação da nova linha de montagem do grupo Caoa/Hyundai em Anápolis, prevista para fevereiro, quando deverá ser iniciada a produção do utilitário esportivo Tucson, tem gerado expectativas otimistas em relação ao desempenho da economia local em 2010, avalia Robson Peixoto Braga, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis (Simea). Sua previsão é de que a expansão da unidade deverá atrair novas empresas dos setores de autopeças, de transportes e de serviços logísticos, gerando novos empregos e mais renda.

Sindicer

Marco regulatório

O Sindicato das Indústrias Cerâmicas no Estado de Goiás (Sindicer) colocou em seu site (*www.sindindustria.com.br/sindicergo*) o novo marco regulatório proposto para o setor de mineração. O projeto foi apresentado em outubro à Comissão Especial de Mineração da Confederação Nacional da Indústria (CNI) pela Secretaria de Geologia e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia.

SIGEGO

EXCELÊNCIA GRÁFICA 1

O Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás (Sigego) e a Regional da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf-GO) anunciaram, no final de setembro, os vencedores do 5º Prêmio Aquino Porto de Excelência Gráfica – Criação e Produção. Na foto, os presidentes do Sigego, Antônio de Sousa Almeida (segundo da esq. para a dir.), e da Fieg, Paulo Afonso Ferreira (quarto), entregam o prêmio à equipe da Cannes Publicidade.

Excelência gráfica – 2

Neste ano, o concurso – considerado o mais importante do setor em Goiás – bateu novo recorde, com 474 trabalhos inscritos por empresas gráficas, agências de publicidade, estudantes e fornecedores. De acordo com o presidente do Sigego, Antônio de Sousa Almeida, o objetivo do concurso é estimular a criatividade e melhorar a qualidade dos produtos produzidos no Estado, reconhecendo antigos e novos talentos. A cerimônia de premiação foi marcada ainda pela celebração dos 60 anos do sindicato. A relação dos vencedores do prêmio pode ser conferida no site *www.dnoto.com.br/sigego/premio2009/vencedores.pdf*.

Formatura

Mais 22 profissionais concluíram o curso técnico em artes gráficas promovido pelo Senai Goiás. A formatura *(foto à esquerda)* foi realizada no dia 20 de outubro, com a presença do superintendente do Sesi Goiás e diretor regional do Senai, Paulo Vargas. Iniciado em setembro de 2007, o curso teve duração de 1.600 horas.

Sinduscon

Infraestrutura

O Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO), com apoio do Conselho Temático de Infraestrutura da Fieg, promoveu, no dia 20 de novembro, reunião com o diretor geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), Luiz Antônio Pagot. Em pauta, os investimentos do governo federal para Goiás, num total de R$ 4 bilhões entre implantação, recuperação e duplicação de rodovias.

Serviço social

Criado pelo Sinduscon-GO, o Serviço Social da Indústria da Construção (Seconci) foi apresentado aos vereadores de Goiânia em 23 de novembro, durante visita especial. Equipada com consultórios médicos e odontológicos, numa parceria com o Sesi Goiás, o Seconci oferece gratuitamente aos trabalhadores do setor e a seus dependentes serviços de saúde nas áreas de medicina ambulatorial e ocupacional e odontologia.

SIFAEG/SIFAÇÚCAR

PRÊMIO MASTERCANA

O presidente do Sifaeg/Sifaçúcar, André Luiz Baptista Lins Rocha *(foto)*, recebeu o Prêmio Mastercana Brasil 2009 como um dos mais influentes do setor sucroenergético brasileiro. A escolha dos nomes foi aprovada por um conselho formado por jornalistas de grandes veículos de comunicação do País, que realizam a cobertura diária do agronegócio. A premiação foi entregue no dia 20 de outubro, no Grand Hyatt, em São Paulo.

Seminário

O Comitê de Recursos Humanos do Sifaeg/Sifaçúcar realizou em outubro o Seminário de Recursos Humanos do Setor Sucroenergético. Participaram como palestrantes Rober Renzo, que falou sobre Fator Acidentário de Prevenção, e Aparecido Mostácio, que abordou Gestão de Desempenho e Performance.

Consultor de projetos

O curso para capacitação de consultores de projetos, resultado de parceria entre a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fieg e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com participação da prefeitura de Anápolis, será realizado a partir de fevereiro de 2010, com oferta de 25 vagas, de acordo com o vice-presidente do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma) e presidente da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia), Ubiratan da Silva Lopes. A proposta é capacitar profissionais para atuar na captação de recursos no âmbito do Arranjo Produtivo Local (APL) do setor automotivo.

Sicma/Siva

Inovação

Com o apoio do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário (Sicma) e do Sindicato das Indústrias do Vestuário (Siva), foi lançado em Anápolis, em 18 de novembro, pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Goiás (Sebrae-GO), o projeto Agentes Locais de Inovação (ALI). Formatado para estimular a inovação entre micro e pequenas empresas dos setores moveleiro, da construção civil e do vestuário, com base em experiências desenvolvidas na Índia, Espanha e outros países europeus, o programa utiliza consultores e agentes multidisciplinares para aproximar empresas e institutos de ciência e tecnologia. Presidente do Sicma, Álvaro Otávio Dantas Maia *(foto)* elogiou o projeto por conta de seu potencial para beneficiar empresas de pequeno porte.

"O Brasil que sonhamos exige educação de qualidade em todos os níveis, requisito fundamental para garantir a cidadania"

Rafael Lucchesi
é diretor de Operações da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Agenda pró-crescimento

O Brasil pode crescer a uma taxa média de 6% ano e integrar o grupo das economias mais desenvolvidas do mundo. A exploração de petróleo da camada pré-sal, a realização da Copa do Mundo de 2014, das Olimpíadas em 2016 e a necessidade de redução das emissões de carbono nos processos de produção nos colocam diante de oportunidades extraordinárias. Mas também exigem a superação de velhos obstáculos.

A agenda de curto prazo e as ações estruturantes que ajudarão o Brasil a garantir um ciclo de crescimento sustentável nos próximos cinco anos e criar um ambiente institucional adequado aos investimentos foram o tema central do 4º Encontro Nacional da Indústria (ENAI). Os mais de 1.500 líderes industriais que participaram do encontro realizado pela CNI em 17 e 18 de novembro deste ano subscreveram a Carta da Indústria, que sugere um conjunto de ações capazes de construir uma moderna economia de mercado, com inclusão social e sustentabilidade ambiental.

O documento destaca que a indústria é a principal fonte de progresso técnico, inovação e produtividade, fatores que têm impacto sobre os demais setores da economia e contribuem, de forma significativa, para a geração de empregos e divisas. A indústria é, portanto, imprescindível para o futuro do País. Por

isso, a agenda de curto prazo do Brasil deve ter foco na competitividade do setor. Entre outras ações propostas pela Carta da Indústria estão a desoneração dos investimentos e a eliminação do problema de acumulação de créditos tributários.

Outras medidas importantes que devem ser adotadas ainda neste governo são o aperfeiçoamento da política cambial para evitar a valorização excessiva do real diante do dólar, a redução dos custos financeiros e a revisão dos marcos regulatórios do meio ambiente e dos instrumentos de apoio à inovação.

A agenda de longo prazo definida no 4º ENAI será o ponto de partida para o documento que a indústria apresentará aos candidatos à Presidência da República em 2010. As eleições do próximo ano representam uma oportunidade para o Brasil se concentrar em reformas que aumentem o potencial de expansão da economia. Afinal, a diferença de dois pontos percentuais na taxa de crescimento pode elevar a renda per capita em 20% dentro de um prazo de dez anos.

O Brasil que sonhamos exige educação de qualidade em todos os níveis. Isso é um requisito fundamental para garantir a cidadania, o incremento da inovação e da competitividade na indústria. A criação de um ambiente institucional voltado para uma economia de alto investimento também requer a reforma do sistema tributário, da Previdência e da legislação trabalhista. É importante ainda racionalizar os gastos públicos para aumentar a capacidade de investimento do Estado e fazer da inovação uma estratégia permanente nas empresas.

No 4º ENAI, os empresários reafirmaram a confiança na capacidade que o Brasil tem para aproveitar as oportunidades que se apresentam. Mas a mudança do patamar e da qualidade do crescimento econômico não ocorrerá de forma espontânea. É um trabalho que exige a construção de alianças, a adequação do tempo político ao tempo econômico e a mobilização da sociedade em torno da modernização das nossas instituições. ■

Anúncio
(FALTA)

O IEL Goiás sempre atuou na formação de futuros líderes. Para tanto, conecta empresas públicas e privadas a estagiários de qualidade e com mais dedicação.

Acesse www.sitedoestagio.com.br e conheça os candidatos que vão fazer bonito na sua empresa.

FIEG SESI SENAI IEL ICO BRASIL

FIEG IEL

Sistema Fieg/Ascom